

VIVARA

4 T 2 4 • DIVULGAÇÃO DE

RESULTADOS

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

para assistir aos comentários
da administração

[clique aqui](#)

SESSÃO DE Q&A

Quarta-feira, 19/março |
10h (BRT) | 09h (US ET)

[clique aqui](#)

VIVARA



A **VIVARA Participações S.A.** (B3: VIVA3), a maior rede de joalherias da América Latina, divulga os resultados do quarto trimestre e do ano de 2024.

O ano de 2024 foi marcado por evoluções significativas na (i) estrutura corporativa e gestão de despesas, (ii) na alocação de produtos em loja e (iii) na melhora do nível de serviço prestados aos nossos clientes, além do cumprimento do *guidance* de abertura de lojas (71 no Brasil e 1 no Panamá), dando continuidade à trajetória de forte crescimento.

No ano, a Vivara registrou R\$ 3,2 bilhões de Receita bruta (líg. de devoluções) e R\$ 2,6 bilhões de Receita líquida, um crescimento de 17,3% e 17,8% respectivamente, versus o ano anterior. Alinhado a evolução na alocação de produto em loja, houve uma melhora na métrica de Vendas Mesma Lojas (SSS) que atingiu 15,6% em 2024, acréscimo de 8,5p.p. versus 7,1% em 2023.

O período apresentou expressivo aumento de rentabilidade operacional, fruto da revisão da estrutura corporativa e gestão de despesas (tanto vendas como G&A). O EBITDA ajustado atingiu a marca de R\$ 657,3 milhões (aumento de 37,1% versus 2023), com uma margem EBITDA ajustado de 25,5% (expansão de 3,6 p.p. no ano). O lucro líquido atingiu a expressiva marca de R\$ 653,4 milhões e uma margem líquida de 25,4% em 2024.

Ambas as métricas foram positivamente impactadas por adequações de critérios contábeis (detalhados na página 23). Para fins de comparabilidade, a Companhia apresenta essas métricas em bases comparáveis, expurgando tais efeitos, obtendo um EBITDA ajustado (base comparável) de R\$ 618,5 milhões (24,0% de margem | +2,1 p.p. YoY) e lucro líquido (base comparável) de R\$ 558,6 milhões (que cresceu 51,3% YoY) com margem líquida de 21,7% (expansão de 4,8 p.p.).

A Companhia registrou R\$ 86,0 milhões de geração de caixa operacional no ano (após IR, juros e arrendamento).

DESTAQUES

CONTÍNUA
EXPANSÃO DO
PARQUE E BASE
DE CLIENTES

SÓLIDA
TRAJETÓRIA
DE CRESCIMENTO

SIGNIFICATIVO
INCREMENTO DE
RENTABILIDADE

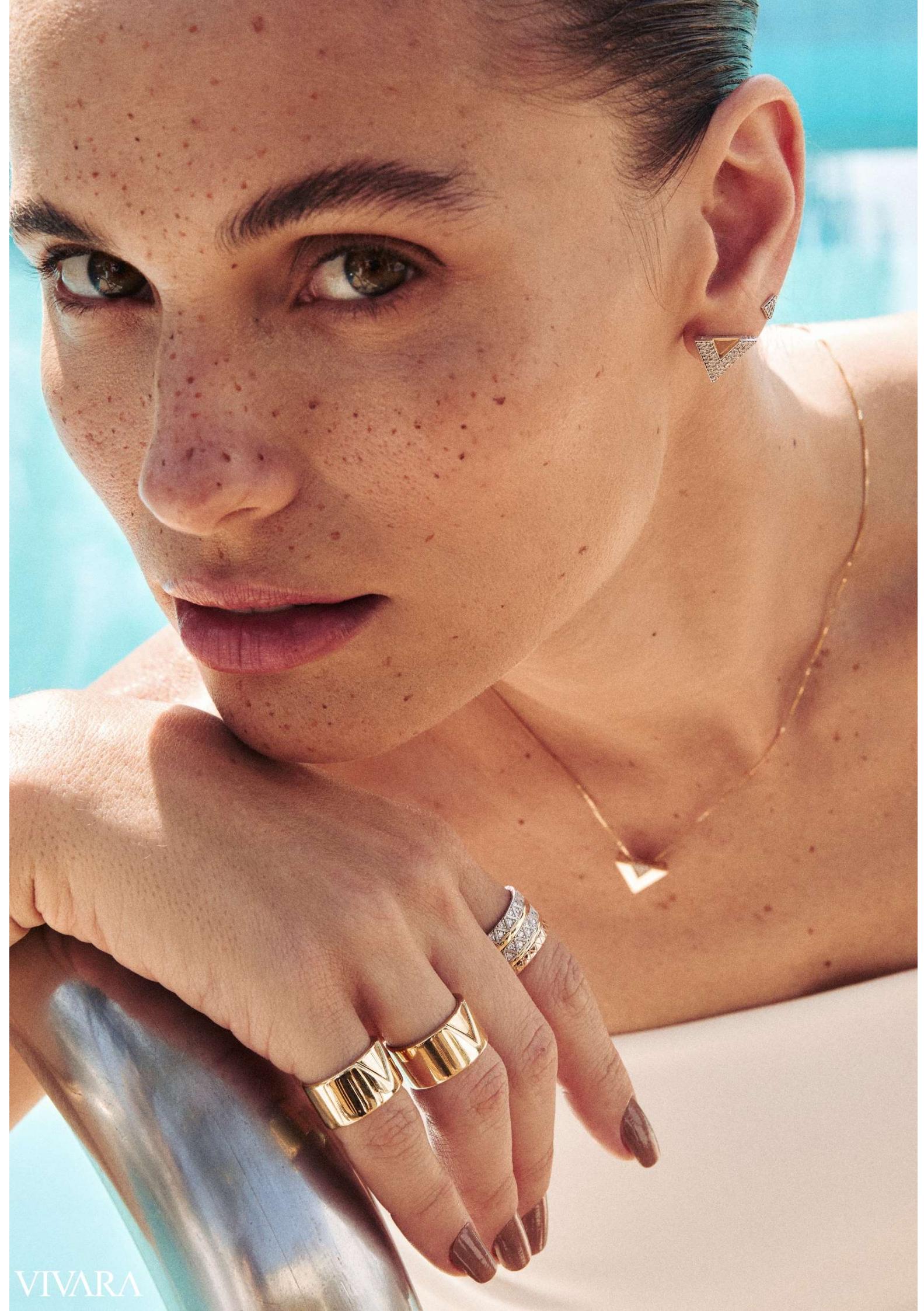
MAXIMIZAÇÃO
BOTTOM LINE

- Inauguradas 23 novas lojas no 4T24, totalizando 72 novos pontos de vendas em 2024. Ao todo são 456 no Brasil (265 Lojas Vivara, 180 Lojas Life e 11 Quiosques) e 1 loja Vivara no Panamá.
- Aumento de +14,7% a base de clientes ativos vs 2023, atingindo 2 milhões de clientes

- Receita Bruta: **4T24: +14,3% vs 4T23 | 2024: +17,3% vs. 2023**
- Receita Líquida: **4T24: +17,4% vs 4T23 | 2024: +17,8% vs. 2023**
- SSS (canal físico) de 10,3% no 4T24 e 15,6%, em 2024

- Maior patamar de margem EBITDA já registrado: 25,5% em 2024 (+3,6 p.p. vs. 2023).
- Margem EBITDA ajustado (bases comparáveis) de 24,0% (+2,1 p.p.)

- Margem líquida recorde: 25,4% em 2024 (+7,9 p.p. vs 2023)
- Margem líquida (bases comparáveis): 21,7% em 2024 (+4,8 p.p. vs 2023)

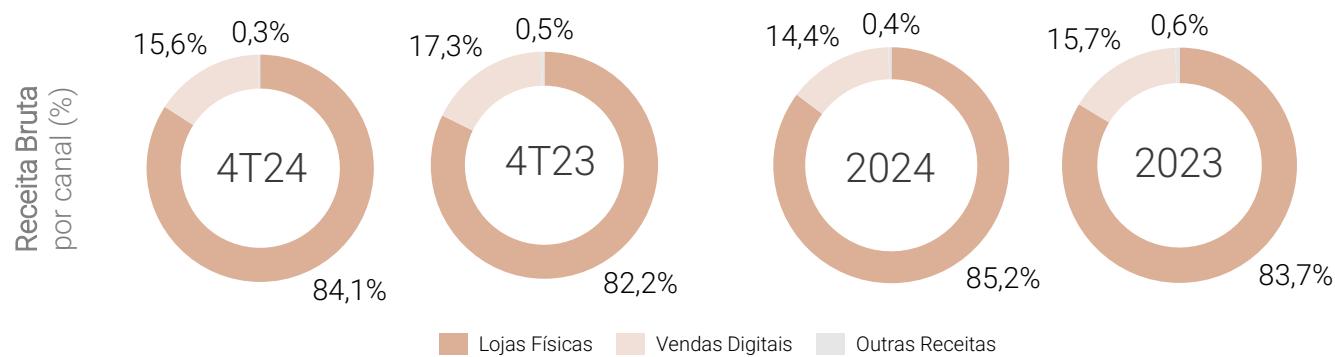


VIVARA

A Receita bruta, líquida de devoluções, do 4T24 atingiu R\$ 1.162,4 milhões, crescimento de 14,3% na comparação com o 4T23. O desempenho é explicado (i) pelo crescimento de 10,3% nas vendas mesmas lojas (SSS) e (ii) pelo aumento de 18,2% na área de vendas nos últimos 12 meses, graças a adição de 67 novos pontos de venda (líquidos de fechamento). No ano, a receita bruta totalizou 3.271,3 milhões, um crescimento de 17,3%, com as vendas mesmas lojas (SSS) registrando crescimento de 15,6% (vs. 7,1% em 2023).

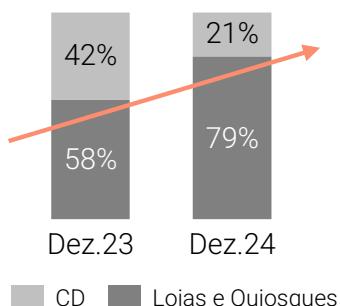
O canal Lojas físicas apresentou crescimento de 16,9% no 4T24 versus 4T23. No comparativo anual, o crescimento foi de expressivos 19,5% (2024 vs 2023), aumento de 1,6 p.p. versus o crescimento de 17,9% apresentado em 2023 vs 2022. A performance foi impulsionada pelo aprimoramento na alocação de estoques em lojas. O canal digital apresentou crescimento de 3,5% no 4T24 versus 4T23 e 7,1% de crescimento entre 2024 e 2023.

Receita por canal (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Receita Bruta (Líq. de devoluções)	1.162.388	1.017.181	14,3%	3.271.246	2.788.016	17,3%
Lojas Físicas	977.727	836.141	16,9%	2.788.197	2.332.724	19,5%
Lojas Vivara	716.464	641.068	11,8%	2.118.336	1.864.885	13,6%
Lojas Life	254.534	184.011	38,3%	646.596	431.840	49,7%
Quiosques	6.729	11.062	-39,2%	23.265	35.999	-35,4%
Vendas Digitais	181.594	175.525	3,5%	469.827	438.630	7,1%
Outros	3.068	5.515	-44,4%	13.223	16.662	-20,6%
Deduções	(249.087)	(239.054)	4,2%	(694.133)	(601.041)	15,5%
Receita Líquida	913.301	778.127	17,4%	2.577.113	2.186.975	17,8%
SSS (lojas físicas)	10,3%	11,8%	na	15,6%	7,1%	na
SSS (lojas físicas + digital)	8,5%	15,0%	na	14,0%	12,4%	na



A aceleração do canal físico se deu, entre outras iniciativas, pela melhor e maior alocação de estoque em lojas. Aumentando a concentração de produtos acabados em loja (em contrapartida da redução do volume no Centro de Distribuição), verificou-se um aumento de vendas mesmas lojas (SSS) no canal físico, em especial nas lojas Vivara (que apresentaram SSS de 12,7% em 2024 vs 5% em 2023).

Alocação (%)
Estoque de Produto Acabado



Crescimento SSS (%)
Vendas mesmas lojas (lojas físicas)



No trimestre, a linha de dedução apresentou um aumento de 4,2% (no comparativo com 4T23), gerando uma redução de 2,1 p.p. na representatividade desta linha sobre a Receita Bruta (líquida de devoluções). No ano, a linha aumentou 15,5%, representando 21,2% da Receita Bruta (0,3 p.p. menor do que no período anterior). Tal variação da rubrica é decorrente do maior volume de receita de subvenção (crédito presumido), registrado como um redutor da despesa de ICMS, que representou 7,7% da Receita Bruta no 4T24 (versus 5,0% no 4T23). No ano, a linha representou 8,3% da Receita bruta, versus 7,4% no ano anterior. Em 2023, o cronograma fabril foi impactado pela migração da nova planta de Manaus (reduzindo o volume produtivo na segunda metade do ano), enquanto em 2024 o cronograma produtivo ocorreu normalmente, impulsionado pela política de maior alocação de estoque em lojas.

Deduções da Receita	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Receita Bruta (Líq. de devoluções)	1.162.388	1.017.181	14,3%	3.271.246	2.788.016	17,3%
Deduções da Receita Bruta	(249.087)	(239.054)	4,2%	(694.133)	(601.041)	15,5%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	-21,4%	-23,5%	2,1 p.p.	-21,2%	-21,6%	0,3 p.p.
ICMS	(219.104)	(192.881)	13,6%	(620.335)	(534.997)	16,0%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	-18,8%	-19,0%	0,1 p.p.	-19,0%	-19,2%	0,2 p.p.
Receita de subvenção (ICMS)	88.971	51.126	74,0%	272.012	205.105	32,6%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	7,7%	5,0%	2,6 p.p.	8,3%	7,4%	1,0 p.p.
COFINS	(78.950)	(66.317)	19,0%	(224.772)	(184.282)	22,0%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	-6,8%	-6,5%	(0,3 p.p.)	-6,9%	-6,6%	(0,3 p.p.)
PIS	(17.134)	(14.354)	19,4%	(48.806)	(39.965)	22,1%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	-1,5%	-1,4%	(0,1 p.p.)	-1,5%	-1,4%	(0,1 p.p.)
F.T.I.	(7.907)	(3.264)	142,3%	(24.124)	(14.505)	66,3%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	-0,7%	-0,3%	(0,4 p.p.)	-0,7%	-0,5%	(0,2 p.p.)
ISS	(50)	(108)	-53,8%	(340)	(469)	-27,5%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	0,0%	0,0%	0,0 p.p.	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
UEA	(7.834)	(3.919)	99,9%	(23.928)	(12.199)	96,1%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	-0,7%	-0,4%	(0,3 p.p.)	-0,7%	-0,4%	(0,3 p.p.)
ICMS DIFAL EC 87	(7.080)	(9.337)	-24,2%	(23.840)	(19.729)	20,8%
% Receita Bruta (liq. de devoluções)	-0,6%	-0,9%	0,3 p.p.	-0,7%	-0,7%	(0,0 p.p.)
Receita Líquida	913.301	778.127	17,4%	2.577.113	2.186.975	17,8%



Lojas Físicas

No 4T24, a Companhia atingiu R\$ 977,7 milhões de faturamento em lojas físicas, com expansão de 16,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Na visão de Vendas Mesmas Lojas (SSS), o crescimento foi de 10,3%.

No ano, o faturamento das lojas atingiu R\$ 2.788,2 milhões, um crescimento de 19,5% versus 2023, impulsionado pelo SSS de 15,6%, com destaque para performance das lojas Vivara com SSS de 12,7% (ante 5% em 2023 vs 2022), impulsionada pela melhor alocação de estoque em loja e revisão do sortimento por cluster. As lojas Life registraram SSS de 28,6% (ante 30,7% no ano de 2023 vs 2022).

	Abertura por negócio (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Vivara	Número de lojas	266	257	9	266	257	9
	Aberturas líquidas	2	3	-1	9	16	-7
	Área de vendas (m ²)	24.753	23.719	4,4%	24.753	23.719	4,4%
	Receita bruta (liq. dev.)	716.464	641.068	11,8%	2.118.336	1.864.885	13,6%
	Venda/m ² (R\$)	28.945	27.028	7,1%	85.580	78.625	8,8%
Life	Número de lojas	180	117	63	180	117	63
	Aberturas líquidas	21	19	2	63	45	18
	Área de vendas (m ²)	13.475	8.586	56,9%	13.475	8.586	56,9%
	Receita bruta (liq. dev.)	254.534	184.010	38,3%	646.596	431.840	49,7%
	Venda/m ² (R\$)	18.889	21.432	-11,9%	47.984	50.296	-4,6%
Quiosque	Número de quiosques	11	16	(5)	11	16	(5)
	Aberturas líquidas	-1	-4	3	-5	-4	-1
	Área de vendas (m ²)	68	101	-32,7%	68	101	-32,7%
	Receita bruta (liq. dev.)	6.729	11.062	-39,2%	23.265	35.999	-35,4%
	Venda/m ² (R\$)	98.949	109.524	-9,7%	342.127	356.424	-4,0%
Total	Número de pontos de vendas	457	390	67	457	390	67
	Aberturas líquidas	22	18	4	67	57	10
	Área de vendas (m ²)	38.296	32.406	18,2%	38.296	32.406	18,2%
	Receita bruta (liq. dev.)	977.727	836.140	16,9%	2.788.197	2.332.724	19,5%
	Venda/m ² (R\$)	25.531	25.802	-1,1%	72.807	71.985	1,1%



Lojas VIVARA



Com 265 pontos de venda no Brasil (e 1 loja no Panamá), as lojas Vivara apresentaram uma receita de R\$ 716,5 milhões no 4T24, representando um crescimento de 11,8% comparado ao 4T23, com um *Same Store Sales* (SSS) de 10,0% (vs 9,7% no 4T23). No ano, o canal cresceu 13,6% com SSS de 12,7% (vs. 5,0% em 2023). O canal apresentou aceleração em 2024, entregando desempenho acima da inflação, impulsionado pela (i) maior alocação de estoque em loja, (ii) maior assertividade do sortimento de produtos, fruto da revisão da clusterização e mix de produtos e (iii) redução da ruptura de produtos.

O nível de canibalização gerado pela adição de novas lojas exclusivas da marca Life segue em níveis saudáveis. A Companhia segue trabalhando continuamente para potencializar a venda e diminuir o efeito da canibalização, ajustando mix e exposição de produtos da marca Life dentro da loja Vivara. Avaliando a representatividade de produtos Life dentro das lojas da Vivara em shoppings onde a Companhia tem as duas operações retraiu 3,0 p.p. no 4T24 vs 4T23. No comparativo anual, a representatividade reduziu 4,0 p.p. em 2024 vs 2023.

O faturamento de lojas Vivara em shoppings que possuem ambas as lojas, continua com sólido crescimento: 15,2% no 4T24 versus o 4T23 (12,4% em 2024 vs 2023). Ao expurgar as vendas da categoria Life nestas lojas Vivara, o crescimento de faturamento é ainda maior, atingindo 19,6% no 4T24 versus 4T23, e 17,9% em 2024 vs. 2023.

Lojas LIFE

As 180 lojas Life atingiram uma receita de R\$ 254,5 milhões no 4T24, 38,3% de crescimento versus o mesmo período do ano anterior, com um *Same Store Sales* (SSS) de 11,7%. No ano, o canal cresceu 49,7% com SSS de 28,6% (ante um SSS de 30,7% em 2023).

A expansão de receita é explicada pela (i) abertura de 63 novas lojas exclusivas da marca Life nos últimos 12 meses, com um crescimento de 56,9% da área de vendas, (ii) pela maturação das lojas abertas nos últimos anos, atingindo 72 lojas maduras, além do lançamento de novas coleções.

No 4T24, as lojas Life foram responsáveis por 56,3% das vendas da categoria Life, 11,1 p.p. maior que a representatividade registrada no mesmo trimestre do ano anterior.

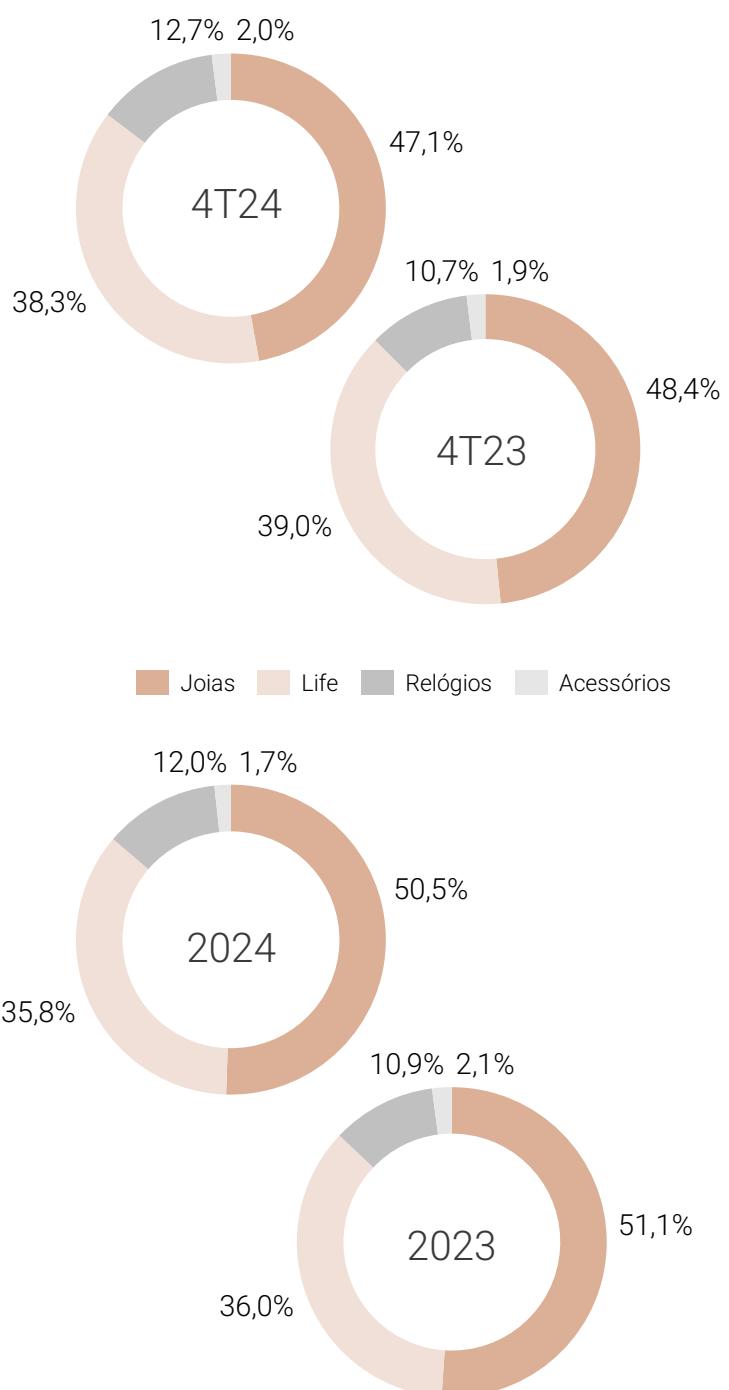
No encerramento do trimestre, a Companhia atingiu 72 lojas maduras Life, que registraram uma receita média de R\$ 6,0 milhões (LTM).



Venda por categoria – Lojas Físicas

Mais um trimestre que a categoria Relógios é destaque, passando a representar 12,7% das vendas do trimestre, 2,0 p.p acima vs 4T23. Tal crescimento se justifica, principalmente pela maior alocação de estoque de relógio em lojas, bem como assertiva composição de mix e campanhas. A categoria Relógios também se destaca na comparação anual, representando 12,0% das vendas de lojas físicas, uma expansão de 1,2 p.p. vs 2023..

A categoria Joias representou 47,1% das vendas no 4T24 e 50,5% no ano de 2024 (uma redução de 1,3 p.p. no trimestre e 0,6 p.p. no ano), enquanto a categoria Life representou 38,3% das vendas do 4T24 e 35,8% das vendas do ano (uma queda de 0,7 p.p. no trimestre e 0,3 p.p. no ano).



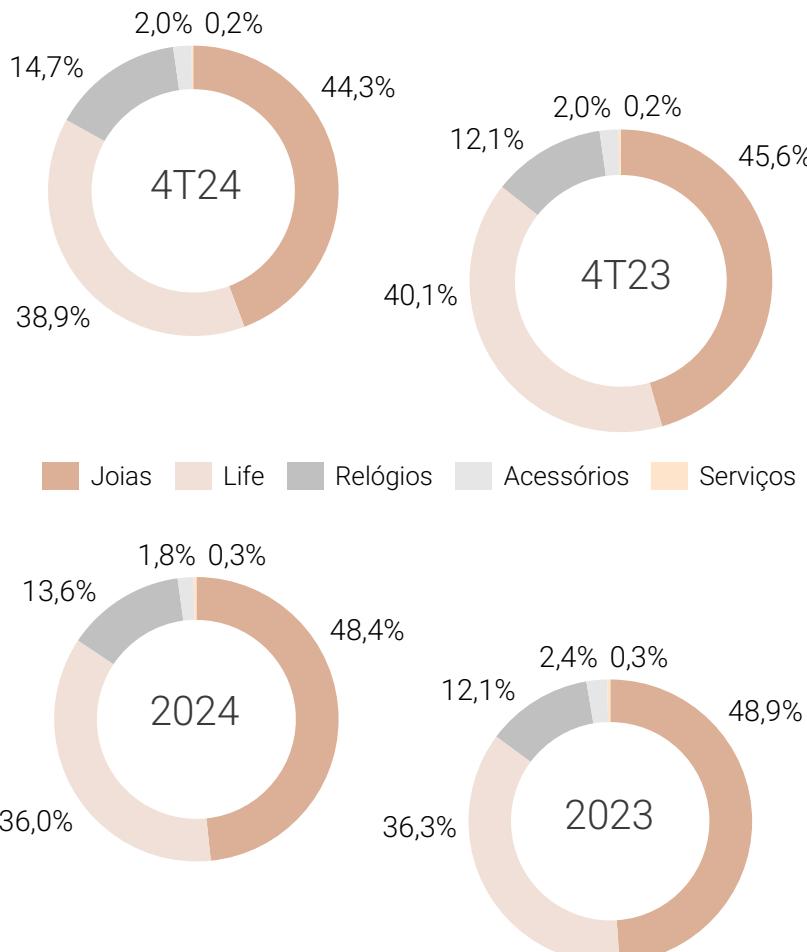
Com relação ao mix de vendas, a marca Life alcançou um faturamento de R\$ 451,6 milhões no trimestre, crescendo 10,9% em relação ao 4T23. No comparativo anual o crescimento foi de 16,4%. Tal crescimento é explicado, pela adição de 63 novas lojas exclusivas da marca Life nos últimos 12 meses, bem como o crescimento das lojas maduras.

A categoria de Joias apresentou um crescimento de 10,9% comparado ao quarto trimestre de 2023, enquanto no comparativo anual observa-se um faturamento de R\$ 1,6 bi, 15,8% versus 2023.

Vale ressaltar o desempenho da categoria de Relógios, com forte desempenho em mais um trimestre, com aumento de 38,3% no 4T24 versus o mesmo período do ano anterior, sendo impulsionado principalmente pela linha premium.

O mix de vendas 2024 foi composto pelas seguintes aberturas: 48,4% da categoria Joias, 36,0% Life, 13,6% Relógios, 1,8% acessórios e 0,3% serviços.

Receita por Categoria (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Receita Bruta (Líq. de devoluções)	1.162.388	1.017.181	14,3%	3.271.246	2.788.016	17,3%
Joias	514.457	463.693	10,9%	1.582.845	1.364.393	16,0%
Life	451.625	407.413	10,9%	1.176.407	1.010.800	16,4%
Relógios	170.424	123.188	38,3%	443.554	337.501	31,4%
Acessórios	23.688	20.719	14,3%	58.583	65.936	-11,2%
Serviços	2.194	2.168	1,2%	9.858	9.386	5,0%
Deduções da Receita	(249.087)	(239.054)	4,2%	(694.133)	(601.041)	15,5%
Receita Líquida	913.301	778.127	17,4%	2.577.113	2.186.975	17,8%



Vendas DIGITAIS

No trimestre, as vendas digitais atingiram R\$ 181,6 milhões, 3,5% maior que 4T23, representando 15,6% de participação nas vendas totais, 1,6 p.p. abaixo à penetração registrada no mesmo trimestre do ano anterior. No fechamento anual, o canal apresentou crescimento de 7,1%, representando 14,4% das vendas anuais, 1,4p.p. a menos do que em 2023. Esse resultado reflete a proteção da especificação no canal e redução da oferta de cupons com descontos, fortemente utilizados no programa Joias em Ação no 4T23 e 2023 como um todo.

As vendas OMS, que são vendas realizadas pelo e-commerce e faturadas pelas lojas, representaram 49,5% das vendas digitais no último trimestre, um aumento de 28,4 p.p. na comparação com o 4T23. No fechamento anual, essa modalidade representou 35% das vendas do canal (12,7 p.p. a mais do que em 2023). Isso reflete a consolidação dos investimentos da Companhia para habilitar as lojas como *hubs*, garantindo mais conveniência aos clientes e ampliando as oportunidades de *upsell* na integração das jornadas.

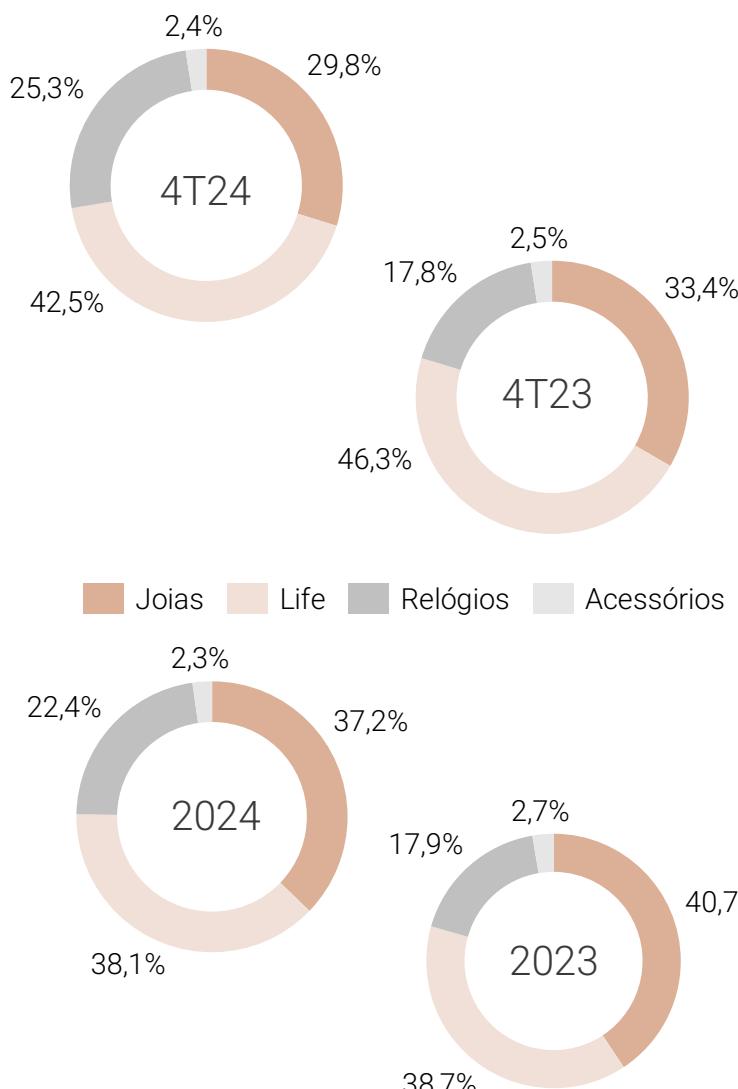
As vendas digitais orgânicas representaram 40,7% das vendas digitais do 4T24 (21,5 p.p. a menos do que no 4T23, fruto da maior concentração de produtos em loja vs CD), enquanto a receita gerada pelo programa de venda assistida, "Joias em Ação" representou 9,9% do total das vendas digitais (uma redução de 6,9 p.p. em comparação com o mesmo período do ano anterior). No fechamento anual, vendas orgânicas representaram 47,7% (5,7 p.p.a menos em relação ao ano anterior) e o programa Joias em Ação representou 17,2% (7,0 p.p. a menos do que em 2023). A "desintoxicação" de descontos promovidos no canal ao longo de 2023 (especialmente na sazonalidade de Black Friday e Natal) influenciou na dinâmica das modalidades e ritmo de crescimento do canal, dado aos nível de descontos menos agressivos do que na sazonalidade de 2023.

Venda por categoria – Vendas digitais

Com o menor volume de campanhas/ações de desconto em Joias, nota-se uma natural redução da categoria joias na participação de vendas do canal neste trimestre (representando 29,8%, -3,6 p.p. a menos do que no 4T23).

Mais uma vez a categoria Relógios foi destaque nas vendas digitais, com expansão de 7,4 p.p. de participação nas vendas. Na comparação anual, a categoria Relógios obteve expansão de 4,4 p.p na participação de vendas, atingindo 22,4% do mix.

Apesar da queda de participação, a categoria Joias continua tendo a maior representatividade nas vendas digitais, fechando o ano com 37,2% de participação no 4T24, seguida pela categoria de Life, com 38,1% de participação nas vendas digitais.





Life
VIVARA

Lucro Bruto (R\$ mil) e Margem Bruta (%)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Receita Bruta (Líq. de devoluções)	1.162.388	1.017.181	14,3%	3.271.246	2.788.016	17,3%
Receita Líquida	913.301	778.127	17,4%	2.577.113	2.186.975	17,8%
Custo Total	(234.736)	(233.742)	0,4%	(767.087)	(670.864)	20,9%
% Receita Líquida	-25,7%	-30,0%	4,3 p.p.	-29,8%	-30,7%	0,9 p.p.
Aquisição de insumos, matérias-primas e produtos	(243.089)	(215.251)	12,9%	(700.422)	(594.969)	17,7%
% Receita Líquida	-26,6%	-27,7%	1,0 p.p.	-27,2%	-27,2%	0,0 p.p.
Despesas Fábrica	8.354	(18.491)	-145,2%	(66.665)	(75.895)	45,7%
% Receita Líquida	0,9%	-2,4%	3,3 p.p.	-2,6%	-3,5%	0,9 p.p.
Pessoal	7.168	(15.124)	n.a.	(52.123)	(61.331)	47,7%
% Receita Líquida	0,8%	-1,9%	2,7 p.p.	-2,0%	-2,8%	0,8 p.p.
Despesas gerais da fábrica	(2.984)	(1.549)	92,7%	(9.202)	(7.624)	28,2%
% Receita Líquida	-0,3%	-0,2%	(0,1 p.p.)	-0,4%	-0,3%	(0,0 p.p.)
Depreciação	4.170	(1.818)	-329,4%	(5.341)	(6.940)	47,4%
% Receita Líquida	0,5%	-0,2%	0,7 p.p.	-0,2%	-0,3%	0,1 p.p.
Lucro Bruto	678.565	544.385	24,6%	1.810.026	1.516.111	19,4%
Margem Bruta (% Receita Líquida)	74,3%	70,0%	4,3 p.p.	70,2%	69,3%	0,9 p.p.

O Lucro Bruto do 4T24 totalizou R\$ 678,6 milhões, um crescimento de 24,6% na comparação com o mesmo período de 2023, atingindo Margem Bruta de 74,3% (expansão de 4,3p.p. versus 4T23). No acumulado do ano, o Lucro Bruto totalizou R\$ 1.810, com margem bruta foi de 70,2% (expansão de 0,9p.p. versus 2023), impactado pela adequação de contabilização dos Gastos Gerais de Fabricação, descrita na nota 1 (quadro abaixo). Para fins de comparabilidade, a Companhia apresenta um lucro bruto expurgando essa mudança de contabilização.

O Lucro Bruto (comparável)¹ da Companhia foi impactado por efeitos distintos, que combinados somaram **0,5 p.p.** de pressão na Margem Bruta ajustada¹ do 4T24 e **0,8p.p** no fechamento anual de 2024, conforme detalhamento abaixo:

- i. A linha de pessoal é a principal responsável pela pressão na margem ajustada - **1,5 p.p.** no 4T24 e **0,7 p.p.** em 2024 - explicada pelo aumento de número de colaboradores na Fábrica de Manaus (em mais de 60% ano contra ano) ainda em curva de aprendizagem. Tal aumento tem como foco avançar na nacionalização da produção da categoria Life (reduzindo a relevância de produtos importados).
- ii. Mesmo com o significativo aumento do preço das commodities em 2024, a linha de insumos, matérias-primas e produtos (ajustada¹), entregou eficiência de **1,0 p.p.** no 4T24. Isso se dá pela assertiva estratégia de precificação e maior nacionalização de Life. No acumulado do ano, a linha manteve a mesma relação com percentual da receita, apesar do maior mix de vendas da categoria de relógios que possuem margens brutas inferiores a joias e, especialmente a categoria Life.

Lucro Bruto (Comparável) ¹ (R\$ mil) e Margem Bruta ¹ (%)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Custo Total (Comparável)	(278.647)	(233.742)	19,2%	(810.998)	(670.864)	20,9%
% Receita Líquida	-30,5%	-30,0%	(0,5 p.p.)	-31,5%	-30,7%	(0,8 p.p.)
Aquisição de insumos, matérias-primas e produtos	(243.089)	(215.251)	12,9%	(700.422)	(594.969)	17,7%
% Receita Líquida	-26,6%	-27,7%	1,0 p.p.	-27,2%	-27,2%	0,0 p.p.
Despesas Fábrica (comparável)	(35.557)	(18.491)	92,3%	(110.576)	(75.895)	45,7%
% Receita Líquida	-3,9%	-2,4%	(1,5 p.p.)	-4,3%	-3,5%	(0,8 p.p.)
Pessoal	(31.285)	(15.124)	106,8%	(90.575)	(61.331)	47,7%
% Receita Líquida	-3,4%	-1,9%	(1,5 p.p.)	-3,5%	-2,8%	(0,7 p.p.)
Despesas gerais da fábrica	(3.555)	(1.549)	129,5%	(9.773)	(7.624)	28,2%
% Receita Líquida	-0,4%	-0,2%	(0,2 p.p.)	-0,4%	-0,3%	(0,0 p.p.)
Depreciação	(718)	(1.818)	-60,5%	(10.228)	(6.940)	47,4%
% Receita Líquida	-0,1%	-0,2%	0,2 p.p.	-0,4%	-0,3%	(0,1 p.p.)
Lucro Bruto (comparável)	634.654	544.385	16,6%	1.766.115	1.516.111	16,5%
Margem Bruta (% Receita Líquida)	69,5%	70,0%	(0,5 p.p.)	68,5%	69,3%	(0,8 p.p.)

1Revisão Metodologia de Custeio Contábil: Gastos Gerais de Fabricação (GGF)

No fechamento do exercício de 2024, a Companhia modificou a metodologia contábil de custeio de Gastos Gerais de Fabricação (compostos por remuneração de pessoal de fábrica e demais despesas incorridas na planta fabril). Essa mudança impacta positivamente o custo contábil de 2024, tendo sido integralmente registrada no 4T24 (e com isso, impactando comparabilidade das rubricas). **Antes:** Até a divulgação do 3T24, a contabilização de tais gastos no custo se dava na competência em que eram incorridas, independentemente se os produtos produzidos terem sido vendidos ao consumidor final ou não (ex: salário do pessoal de fábrica era reconhecido como custo no ato do desembolso caixa, não sendo atribuídos & absorvidos aos produtos produzidos que eram alocados no estoque de produtos acabados). **Agora em diante:** Tais gastos passam a ser atribuídos aos custos de cada produto produzido (compondo o valor do estoque de produto acabado) e irão transitar na linha de custo apenas no momento em que o produto produzido seja vendido para o consumidor final (à luz do CPC 16 – Custos).

Conciliação Custo Comparável & Custo Contábil	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
(a) Despesas de Fábrica (comparável)	(35.557)	(18.491)	92,3%	(110.576)	(75.895)	45,7%
(b) Ajuste referente aos Gastos Gerais de Fabricação (GGF)	43.911	-	n.a	43.911	-	n.a
(a) + (b) Despesas Fábrica (contábil)	8.354	(18.491)	-145,2%	(66.665)	(75.895)	-12,2%

Despesas Operacionais	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Despesas Operacionais (SG&A) ¹	(338.242)	(322.233)	5,0%	(1.059.768)	(957.274)	10,7%
% Receita Líquida	-37,0%	-41,4%	4,4 p.p.	-41,1%	-43,8%	2,6 p.p.
Depesas com Vendas ¹	(281.304)	(255.700)	10,0%	(860.161)	(738.378)	16,5%
% Receita Líquida	-30,8%	-32,9%	2,1 p.p.	-33,4%	-33,8%	0,4 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas ¹	(56.937)	(66.533)	-14,4%	(199.607)	(218.896)	-8,8%
% Receita Líquida	-6,2%	-8,6%	2,3 p.p.	-7,7%	-10,0%	2,3 p.p.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2.430	1.124	n.a.	77.629	18.955	n.a.
% Receita Líquida	0,3%	0,1%	0,1 p.p.	3,0%	0,9%	2,1 p.p.
Total de Despesas¹	(335.812)	(321.108)	4,6%	(982.139)	(938.320)	4,7%

1. Excluindo Depreciação e Amortização (D&A).

As Despesas Operacionais (SG&A) do trimestre atingiram R\$ 338,2 milhões, o equivalente a 37,0% da Receita Líquida, reduzindo em 4,4 p.p. a representatividade sobre a Receita Líquida. No fechamento anual, a rubrica representou 41,1% da receita líquida, ganho de 2,6 p.p. na margem do período.

As Despesas com Vendas (ex-D&A) aumentaram 10,0% no 4T24, entregando uma eficiência de 2,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. No fechamento anual, a linha aumentou 16,5%, gerando uma eficiência de 0,4 p.p. versus 2023. A linha foi beneficiada pelos itens destacados abaixo:

- i. Readequação dos regimes de comissionamento, realizado ao final de junho/24, em que endereçamos lojas com comissionamentos descalibrados, interrompendo a trajetória de pressões significativas da rubrica de pessoal;
- ii. Revisão dos investimentos de marketing direcionado a eventos, buscando um melhor custo/benefício atrelado a cada real investido;
- iii. Redução da linha de Serviços Profissionais Contratados, que está sendo beneficiada principalmente pelo processo de centralização de compras indiretas realizado no início de 2024, permitindo uma maior eficiência na gestão e monitoramento de contratos com terceiros.

As Despesas Gerais e Administrativas (G&A) apresentaram uma diluição de 2,3 p.p. com relação à Receita Líquida comparado ao 4T23. No acumulado 2024, a linha representou 7,7% da receita líquida, gerando uma eficiência de 2,1 p.p. com destaque para:

- i. Revisão da estrutura corporativa que beneficiou a linha de Pessoal (1,7 p.p. ano contra ano).
- ii. Centralização de compras e negociação de contratos relevantes que beneficiou a de linha de serviços profissionais contratados (0,4 p.p. versus 2023).

A linha de Outras (Despesas) Receitas Operacionais do 4T24 apresentou uma receita de R\$ 2,4 milhões, versus uma receita de R\$ 1,1 milhões no 4T23, sem grandes variações como percentual da receita líquida. No fechamento anual, totalizou R\$ 77,6 milhões (versus R\$ 18,9 milhões em 2023), beneficiada pelo reconhecimento de créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 82,1 milhões no 2T24. Tal montante foi reconhecido após uma revisão dos critérios para o creditamento de PIS e COFINS nas operações de aquisição de matérias-primas (ouro e prata) pela operação da CONIPA em São Paulo, no qual foi identificada a oportunidade de aproveitamento referente ao período de 60 meses anteriores a junho/2024 (do 3T19 ao 2T24).



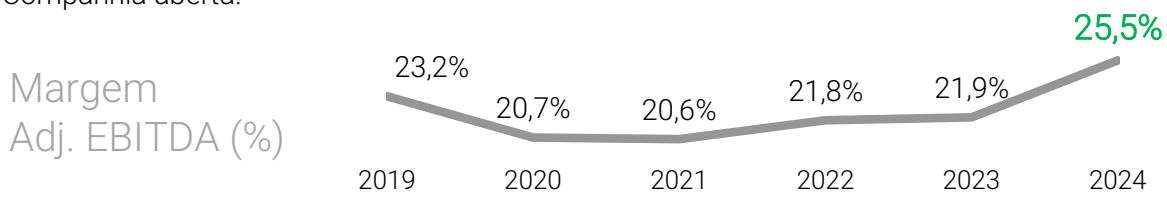
4T24 | EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Lucro Líquido	299.458	156.026	91,9%	653.393	381.121	71,4%
Margem líquida (%)	32,8%	20,1%	12,7 p.p.	25,4%	17,4%	7,9 p.p.
(+) IR/CSLL	(17.815)	15.678	-213,6%	(27.155)	19.722	-237,7%
(+) Resultado financeiro	30.448	17.254	76,5%	57.347	49.804	15,1%
(+) Depreciação e Amortização	26.493	36.137	-26,7%	149.642	134.085	11,6%
EBITDA Total	338.584	225.095	50,4%	833.227	584.731	42,5%
(-) Despesas de aluguel (IFRS16)	(39.391)	(35.695)	10,4%	(124.689)	(112.649)	10,7%
(+/-) Efeitos não recorrentes	1.457	11.000	n.a.	(51.006)	7.516	n.a.
(+) Êxito de advogados e auto de infração	4.001	7.172	n.a.	16.414	13.919	n.a.
(+) Ajustes na Estrutura Organizacional	1.826	3.828	n.a.	8.247	7.228	n.a.
(-) Crédito de PIS/COFINS	(4.370)	-	n.a.	(75.666)	(13.631)	n.a.
EBITDA Ajustado	300.649	200.400	50,0%	657.532	479.598	37,1%
Margem EBITDA Ajustada (%)	32,9%	25,8%	7,16 p.p.	25,5%	21,9%	3,58 p.p.

No 4T24, a Companhia registrou R\$ 300,6 milhões de EBITDA Ajustado (crescimento de 50,0% vs 4T23), com Margem EBITDA Ajustado de 32,9%. O EBITDA do trimestre foi ajustado pela despesa de aluguel dos contratos classificados pelo IFRS/16, bem como por efeitos não recorrentes, conforme segue: (i) R\$4,0 milhões referentes a êxitos de advogados, (ii) R\$ 4,4 milhões de crédito de PIS/COFINS, (iii) R\$ 1,8 milhões referentes a ajuste da estrutura organizacional. Em continuidade a tendência de expansão apresentada nos dois últimos trimestres, o 4T24 apresentou forte expansão de Margem EBITDA Ajustado, com 7,1 p.p. versus o 4T23, resultado de importante alavancagem operacional vinda de despesas de vendas (com a normalização dos patamares da linha de Pessoal e revisita das despesas de marketing e eventos) e de uma estrutura de G&A mais otimizada.



Com isso, a Companhia encerrou 2024 com EBITDA ajustado de R\$ 657,5 milhões (37,1% maior do que 2023), com Margem EBITDA Ajustado recorde de 25,5%, expansão de 3,6 p.p comparado com o mesmo período do ano anterior, alcançando o maior patamar de margem EBITDA ajustado da trajetória como Companhia aberta.



Para fins de comparabilidade, abaixo apresentamos saldos expurgando o ajuste GGF. Nessa metodologia temos um EBITDA Ajustado (comparável) de R\$ 261,6 milhões no 4T24, crescimento de 30,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem EBITDA (comparável) de 28,6%, expansão de 2,9 p.p. comparado ao 4T23. Na comparação anual, em 2024 o EBITDA Ajustado (comparável) foi de R\$ 618,5 milhões, crescimento de 29,0% vs. 2023, com margem EBITDA Ajustada (comparável) de 24,0%, expansão de 2,1 p.p.

Reconciliação do EBITDA Ajustado (Comparável) (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
EBITDA Ajustado	300.649	200.400	50,0%	657.532	479.598	37,1%
Ajuste GGF	(39.023)	-	n.a.	(39.023)	-	n.a.
EBITDA Ajustado (Comparável)	261.626	200.400	30,6%	618.509	479.598	29,0%
Margem EBITDA Ajustada (Comparável) (%)	28,6%	25,8%	2,9 p.p.	24,0%	21,9%	2,07 p.p.

4T24 | LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

Reconciliação do Lucro Líquido (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
EBITDA Ajustado	300.649	200.400	50,0%	657.532	479.598	37,1%
Margem EBITDA Ajustada (% Receita Líquida)	32,9%	25,8%	7,16 p.p.	25,5%	21,9%	3,58 p.p.
(-) Despesas de aluguel (IFRS16)	39.391	35.695	10,4%	124.689	112.649	10,7%
(-) Efeitos não recorrentes (Despesas Operacionais)	(1.457)	(11.000)	-86,8%	51.006	(7.516)	778,7%
(+) Depreciação e Amortização	(26.493)	(36.137)	-26,7%	(149.642)	(134.085)	11,6%
(+) Resultado financeiro	(30.448)	(17.254)	76,5%	(57.347)	(49.804)	15,1%
(+) IR/CSLL	17.815	(15.678)	213,6%	27.155	(19.722)	237,7%
Lucro Líquido	299.458	156.026	91,9%	653.393	381.121	71,4%
Margem Líquida (% Receita Líquida)	32,8%	20,1%	12,7 p.p.	25,4%	17,4%	7,93 p.p.

A Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 299,5 milhões no trimestre, e Margem Líquida de 32,8%. Já no resultado anual, o Lucro Líquido foi de R\$ 653,4 milhões, com uma Margem Líquida de 25,4%.

O Lucro Líquido do 4T24 e ano de 2024 foi impactado positivamente por alterações de critérios contábeis, afetando a comparabilidade com exercícios anteriores. Desse modo, com o objetivo de manter a comparabilidade dos saldos, abaixo apresentamos a métrica de lucro líquido, expurgando tais efeitos.

Reconciliação do Lucro Líquido (Comparável) (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Lucro Líquido¹	299.458	156.026	91,9%	653.393	381.121	71,4%
Custos Gerais de Fabricação GGF	(43.911)	-	-	(43.911)	-	-
Impacto mudança de contabilização IR Diferido ¹	(50.907)	(11.876)	-	(50.907)	(11.875)	-
Lucro Líquido (Comparável)	204.640	144.151	42,0%	558.575	369.246	51,3%
Margem Líquida (Comparável) (% Receita Líquida)	22,4%	18,5%	3,9 p.p.	21,7%	16,9%	4,79 p.p.

1. Mudança na contabilização do Imposto de Renda Diferido

No exercício de 2024, a Companhia revisou os cálculos do imposto de renda diferido sobre os lucros não realizados nos estoques das operações entre suas controladas, passando a utilizar a taxa nominal do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no Brasil, equivalente a 34%, à luz do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizava a taxa média efetiva consolidada para calcular o imposto diferido. No entanto, com base na revisão realizada à luz do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, concluiu-se que a adoção da taxa nominal garantiria uma melhor apresentação da consolidação contábil do Grupo, alinhada às práticas contábeis aplicáveis.

Sem impacto material nos índices financeiros e demais informações contábeis de 2023 (e 4T23), o saldo da linha de IR/CSLL e Lucro Líquido nesse release estão retificados, tal qual apresentado na Demonstração Financeira de 2024 (RETIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – CORREÇÃO DE ERROS NÃO MATERIAIS) para demonstrar os efeitos contábeis da consolidação com base na taxa nominal no exercício de 2023.

Para fins de comparabilidade, apresentamos a métrica Lucro Líquido (comparável) que ajusta esse efeito em 2023 (e 4T23), de maneira a representar a metodologia utilizada anteriormente.

Retificação Saldo IR/CSLL & Lucro Líquido 2023 (Correção não material)

	4T23	2023
(a) Saldo divulgado em 2023	144.150	369.245
(b) Impacto mudança de contabilização IR Diferido	11.876	11.875
(a) + (b) Saldo retificado	156.026	381.120

Investimentos (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Capex Total	21.018	38.796	-45,8%	129.023	178.186	-27,6%
Novas lojas	17.014	22.903	-25,7%	68.958	72.934	-5,5%
Reformas e Manutenção	4.710	1.329	254,5%	16.519	27.026	-38,9%
Fábrica	4.050	5.234	-22,6%	16.667	36.421	-54,2%
Sistemas/TI	(7.618)	7.273	-204,7%	19.696	29.333	-32,9%
Outros ¹	2.862	2.058	39,1%	7.183	12.472	-42,4%
CAPEX/Receita Líquida (%)	2,3%	5,0%	(2,7 p.p.)	5,0%	8,1%	(3,1 p.p.)

No 4T24, os investimentos totalizaram R\$ 21,0 milhões, uma redução de -45,8% versus 4T23, explicado pelo menor investimentos na fábrica (base comparativa engloba a implantação da nova planta finalizada em dezembro/2023). A linha de Novas lojas apresentou redução devido a maximização de investimento (redução do preço/m²) no período, mesmo com número semelhante de aberturas (22 no 4T24 versus 23 no 4T23).

No fechamento anual, apesar de volume recorde de abertura de lojas (72 em 2024 vs 63 em 2023), o CAPEX representou 5,0% da receita líquida, uma diluição de 3,1 p.p. vs 2023, redução essa explicada pela melhor negociação de contratos e investimento na nova planta em Manaus (inaugurada em Dez/23) afetar 2023.

4T24 | ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida (R\$ mil)	2024	2023	Δ %
Empréstimos e Financiamentos	398.561	271.463	46,8%
Curto Prazo	113.370	111.463	1,7%
Longo Prazo	285.191	160.000	78,2%
Caixa e Equivalentes (incl. Títulos mobiliários)	282.683	304.490	-7,2%
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	115.878	-33.026	-450,86%
EBITDA Ajustado LTM (últimos 12 meses)	662.420	479.470	38,16%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	0,2x	-0,1x	na

O Endividamento Bruto da Companhia aumentou em R\$ 127,1 milhões (+46,8% versus 2023) devido a: (i) captação de R\$ 190M no 4T24 para reforçar a estrutura de capital (em condições e taxas atrativas), (ii) pagamentos que somaram R\$ 122M ao longo do ano e a (iii) reclassificação de R\$ 48M de saldos de Fornecedores (convênios) em operações de risco sacado, cujo prazo alongado foi reclassificado como natureza de financiamento. A Companhia encerra o ano com dívida líquida de R\$ 115,9 milhões.

4T24 | GERAÇÃO DE CAIXA

Geração de Caixa (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Lucro Líquido	299.458	156.026	91,9%	653.393	381.120	71,4%
(+/-) Ajustes do Lucro Líquido e Outros Ajustes ¹	60.362	28.392	112,6%	(10.299)	44.699	-123,0%
Lucro Líquido Ajustado	359.820	184.417	95,1%	643.094	425.819	51,0%
Capital de Giro	(536.265)	(58.363)	818,8%	(557.128)	(282.957)	96,9%
Contas a Receber	(291.088)	(272.035)	7,0%	(124.143)	(167.675)	-26,0%
Estoques	(273.394)	92.661	-395,0%	(550.632)	(73.547)	648,7%
Fornecedores	44.490	(24.150)	284,2%	201.168	(38.340)	624,7%
Impostos a Recuperar	(77.889)	42.869	-281,7%	(48.372)	15.720	-407,7%
Obrigações Tributárias	38.411	34.525	n.a.	(13.700)	(38.368)	-64,3%
Outros ativos e passivos	23.205	67.767	-65,8%	(21.449)	19.254	-211,4%
Caixa das Atividades Operacionais Gerencial ¹	(176.445)	126.054	-240,0%	85.966	142.863	-39,8%
Capex	(21.016)	(38.794)	-45,8%	(129.020)	(178.186)	-27,6%
Consumo de Caixa Livre¹²	(197.461)	87.260	-326,3%	(43.054)	(35.322)	21,9%

1. Outros ajustes: (i) IR/CSLL, (ii) Juros e (iii) Arrendamentos de direito de uso.

2. Essa é uma medição gerencial, não contábil, elaborada pela Companhia, e não é parte integrante do escopo de trabalho da auditoria independente.

No 4T24, a Companhia consumiu R\$ 176,4 milhões de caixa operacional, comparado com uma geração de caixa de R\$ 126,1 milhões no 4T23. Tal variação se justifica, principalmente pelo aumento da linha de estoque, diretamente impactada pelo alta valorização do preço das commodities. Abrimos maiores detalhes da dinâmica de estoque na seção perspectivas (página 19). Companhia concluiu o ano de 2024 com a geração de caixa operacional de R\$ 85,9 milhões e consumo de caixa livre de R\$ 43 milhões, comparado a geração operacional de R\$ 142,8 milhões e um consumo de caixa livre de R\$35,3 milhões no ano anterior.

4T24 | EXPANSÃO & MARKET SHARE

VIVARA

A Companhia encerrou o ano de 2024 com 457 pontos de vendas em operação, sendo 265 lojas Vivara, 180 lojas Life e 11 quiosques no Brasil e 1 loja Vivara no Panamá, terminando o ano com área de venda total de 38.295,9 metros quadrados. Com a abertura de 71 lojas no Brasil (72 incluindo a loja do Panamá), a Companhia cumpre o *guidance* de aberturas de 2024 (entre 70 e 80), dando continuidade ao projeto de crescimento via expansão orgânica.

No período de outubro a dezembro, a Companhia completou a abertura de 23 novas lojas, sendo 2 lojas Vivara e 21 lojas Life, com uma adição de 2.532 metros quadrados de área de venda. Destaque para a abertura da primeira loja Vivara internacional, inaugurada no Panamá em outubro de 2024.

INTERNACIONAL | Fase exploratória

Avaliação para o médio & longo prazo



1ª Loja Vivara fora do Brasil:

Cidade do Panamá, Panamá
(inaugurada em Out/24)

BRASIL | Continuidade da sólida expansão

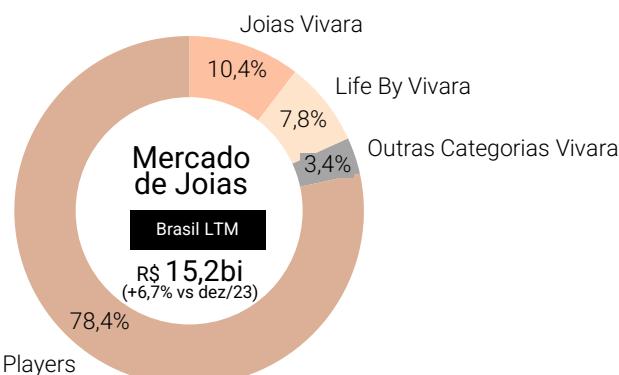
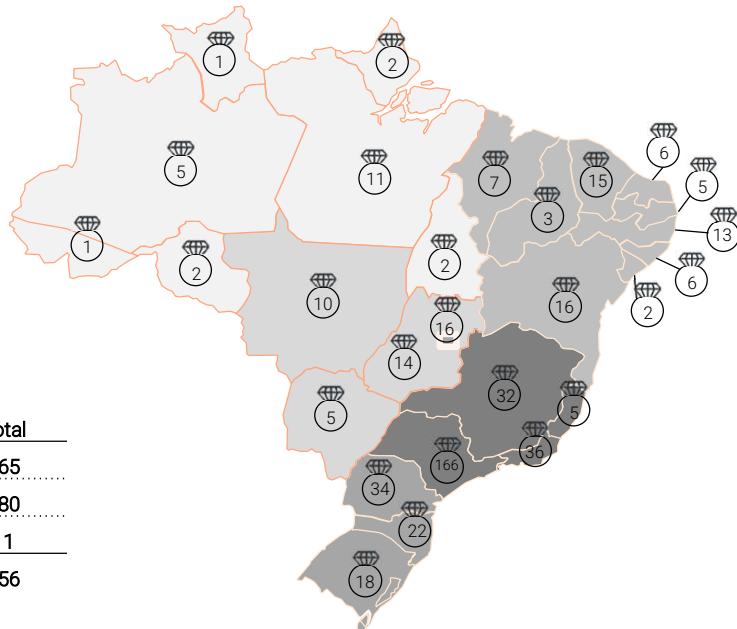
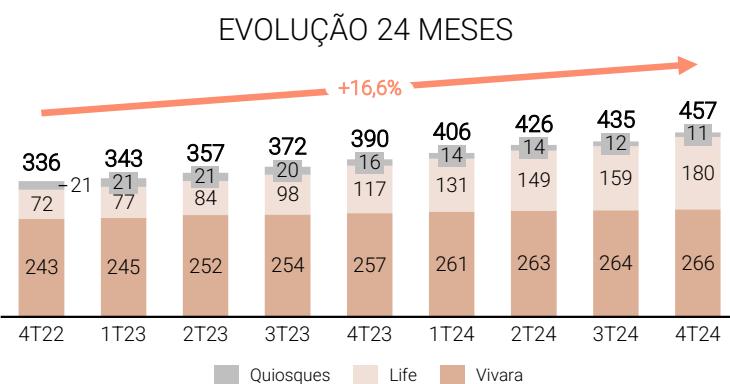
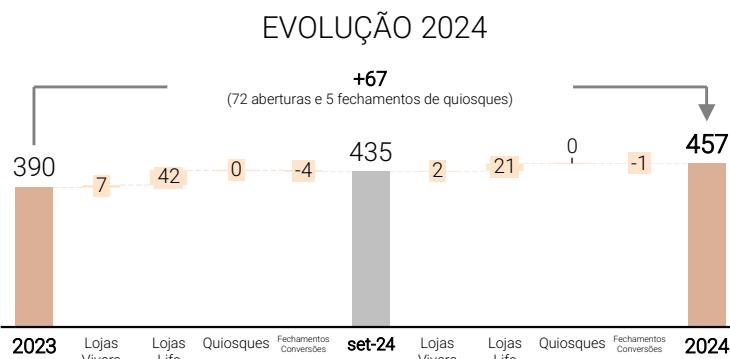
Maior relevância em lojas Life

No Brasil, a Companhia possui lojas em todas as regiões do Brasil, sendo a maior parte localizadas na região Sudeste com 52,4% das lojas.

	NORTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE	NORDESTE	Total
Loja Vivara	13	27	46	137	42	265
Loja Life	10	18	27	94	31	180
Quiosque	1	0	1	8	1	11
Total	24	45	74	239	74	456

MARKET SHARE BRASIL

A Companhia encerrou o ano com 21,6% de participação no mercado brasileiro de joias (+2p.p. vs 2023), sendo 10,4% para a categoria de joias Vivara; 7,8% Life e 3,4% de outras categorias. Esse resultado é reflexo da forte expansão das lojas físicas, além da assertividade em lançamentos de produtos com eficiente gestão de mix e preço. A Companhia segue confiante na manutenção e expansão da sua posição de liderança no mercado, fortalecendo cada vez mais seus projetos de crescimento.

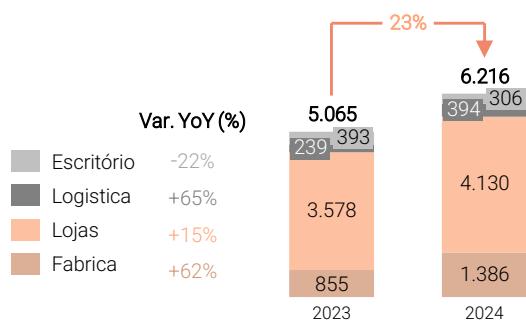


Fonte: Companhia. Considera a receita total da Vivara, não excluindo as categorias de relógio e acessórios. LTM Dezembro, 2024.

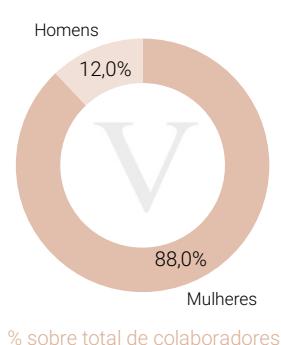
A Vivara encerra 2024 tendo atingido a marca de 6.216 colaboradores (um aumento de 23% versus 2023). Nos últimos 12 meses, a Companhia investiu nos quadros logísticos e produtivos, aumentando o número de colaboradores em mais de 60% em Manaus e Logística. O incremento na fábrica tem como objetivo o aumento da nacionalização da produção de Life em detrimento a compra de produtos importados. O time de vendas aumentou 15% vs 2023, em linha com o ritmo de abertura de lojas no período.

Por fim, o quadro do escritório passou por uma redimensionamento de estrutura, via revisão de processos e times. No comparativo anual houve redução de 22%. As movimentações buscaram reaproximar os diferentes setores (fábrica, escritório e lojas) de modo a tornar a Companhia mais ágil na tomada de decisão e conectada com a ponta, mantendo capacidade de entrega e crescimento, enquanto aumentando a eficiência.

Total Colaboradores



Perfil por Gênero



88%

das lideranças da
Cia são mulheres

55%

das lideranças
do escritório são
mulheres

SUSTENTABILIDADE

Temos orgulho da nossa trajetória... ... e seguimos evoluindo em 2024

Somos a primeira joalheria brasileira a alcançar a certificação do Responsible Jewellery Council (RJC), a principal autoridade da indústria global de joias e relógios. Membros da entidade desde 2019, trabalhamos para manter uma cadeia de suprimentos sustentável.



OURO

Fornecedor com certificação LBMA (London Bullion Market Assurance), garantindo que a extração e operação da mina sejam feitas de maneira correta e justa para as pessoas e o meio ambiente.



PRATA

Fornecedor certificado pelo RJC (Responsible Jewellery Council), assegurando a ética e a responsabilidade socioambiental desde sua extração.



DIAMANTE

Todos os diamantes são extraídos de minas conhecidas e de garimpo legal em países fora de zonas de conflito, através do Processo Kimberley.



GEMAS CORADAS

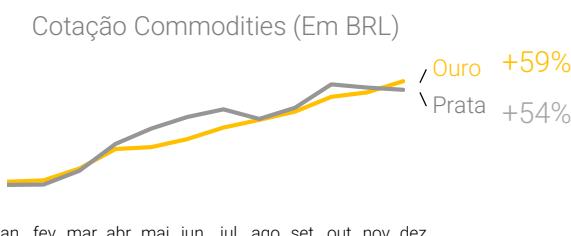
Atendimento do nosso rígido Código de Conduta e Política de Fornecimento e criação de protocolos que possam garantir a rastreabilidade desses materiais.

Em 2024, seguimos avançando na agenda ESG, com destaque para:

- (i) Primeira participação no CDP (Carbon Disclosure Project), um dos principais índices globais de transparência ambiental, reforçando nosso compromisso com a prestação de contas e a melhoria contínua das práticas ambientais;
- (ii) Aprimoramento do monitoramento ESG com KPIs estratégicos e controle via BI, garantindo maior precisão na análise de desempenho e tomada de decisão baseada em dados;
- (iii) Manutenção do consumo de 100% da energia renovável em nossa fábrica, consolidando a transição para fontes mais sustentáveis;
- (iv) Conclusão do quarto inventário de gases de efeito estufa, aprimorando nosso controle e mitigação das emissões;
- (v) conclusão do Mid-Term do RJC (Responsible Jewellery Council) sem nenhuma não conformidade com o protocolo, reforçando a solidez dos nossos processos e a aderência aos mais elevados padrões internacionais do setor;

Seguimos evoluindo na rastreabilidade e transparência de nossa cadeia de fornecimento de matéria-prima, estando comprometido com a sustentabilidade em todas as etapas da nossa operação.

Ao se analisar a movimentação da rubrica de estoque, em reais, percebe-se um aumento de 70% entre 2023 vs 2024. Tal aumento é decorrente de dois componentes distintos: (i) o volume de produção do ano e (ii) o aumento do preço das commodities (fator este, externo a Companhia). Dada a significativa alta do preço das commodities nos últimos 12 meses, o saldo de estoque em reais foi diretamente impactado pela inflação dos seus insumos principais (ouro e prata). Isso fica ainda mais evidente no 4T24, uma vez que a alta venda na sazonalidade faz girar produtos com uma precificação mais baixa, dando lugar a produtos recém produzidos (cujo valor da matéria prima já foi afetada pela alta de preço dos insumos).

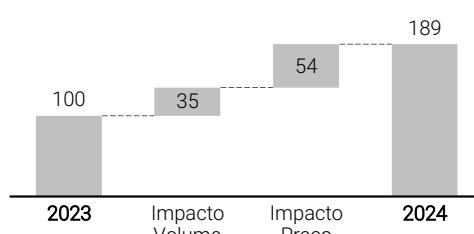


	2024	2023	Var. (%)
Estoque Total	1.332.578	782.706	70%
Produtos Acabados	866.841	538.250	61%
Matéria Prima	353.107	186.666	89%
Embalagens	48.252	27.904	73%
Estoque em trânsito	62.262	22.205	180%
Provisão de perda	2.116	7.681	-72%

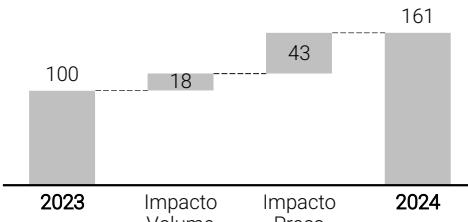
Avaliando a movimentação por sublinhas, destacamos o aumento da linha de matéria-prima, que aumentou 89% ano contra ano. Tal aumento está atrelada à inflação dos insumos em si, bem como à decisão da Companhia de realizar compras em maior volume no 4T24, de maneira a se resguardar de possíveis altas sequenciais (futuras), e manter-se bem estocada para o ano de 2025. Acompanhando a representatividade dessa linha dentro do estoque, saímos de 24% para 26% de representatividade.

Outra linha com aumento relevante foi a de Produtos Acabados (+61% ano contra ano). Para melhor ilustrar os efeitos preço x volume no saldo de estoque, apresentamos ao lado um bridge que compõe o aumento da linha entre fatores preço e volume. Do total de aumento da rubrica, um terço é atribuível ao aumento de volume de peças e dois terços atribuível ao aumento da commodities utilizadas na produção das peças.

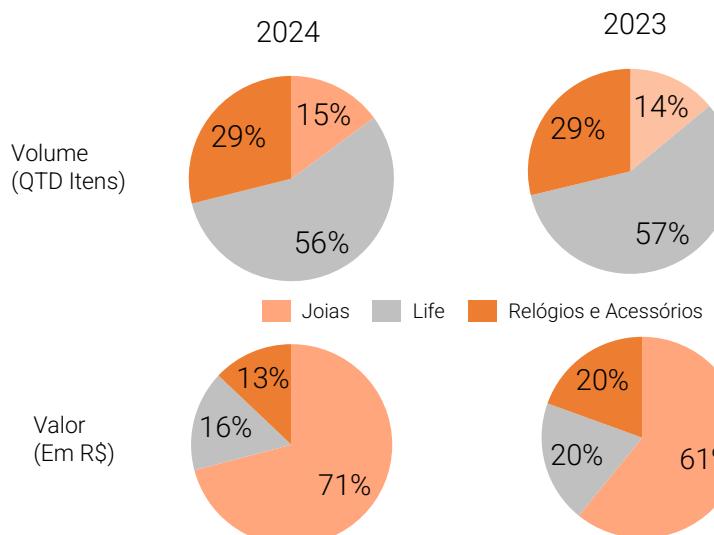
Matéria Prima
Bridge (base 100) : Impacto Preço x Volume



Produto Acabado
Bridge (base 100) : Impacto Preço x Volume



Por fim, abaixo apresentamos a composição da linha de Produtos Acabados entre as diferentes categorias (Jóias, Life e Relógios), mostrando a representatividade ao final de 2023 versus final de 2024. Avaliando em quantidade de peças, a categoria Jóias se mostra estável, mas ao analisarmos o estoque em reais, a categoria aumentou em 10 p.p., agora representando 70% do valor do estoque em reais, em linha com o aumento do preço médio de estoque da categoria, que aumentou 41% ano contra ano.



Mensagem do Presidente – Icaro Borrello

“Sabemos que 2024 foi um ano bastante intenso, um ano de mudanças, mas também de avanços muito significativos e resultados expressivos. Quero aqui destacar a resiliência e o trabalho árduo de todo time, que entregou um resultado histórico, sendo o maior EBITDA e o maior lucro líquido da série histórica desde a abertura de capital. Faço questão também de citar os esforços dos nossos colaboradores: Ao time da fábrica, que nos orgulham tanto, que vem batendo recordes de produção e nos ajudando cada vez mais na nacionalização e expansão da Life. Ao nosso escritório, que tem sido cada vez mais eficiente e ágil, colocando o cliente final no centro de cada tomada de decisão. E por fim, e não menos importante, ao time de lojas. Time que tem trabalhado muito duro para cumprir nossa missão que é encantar, que é fascinar cada um dos clientes. A todos, meu muito obrigado!

Também agradeço aos nossos clientes, parceiros e investidores pela confiança e parceria.

Que tenhamos um ótimo 2025!”



Icaro
Borrello
CEO

2025: Foco na (i) produtividade fabril, (ii) busca de excelência no nível de serviço e (iii) inovação (tech & produto)

FÁBRICA

- Concluir jornada de nacionalização da produção de Life
- Evoluir produtividade da fábrica de prata no intuito de atender o plano de expansão acelerado e reduzir os custos de produção por Headcount

ESTOQUE

- Aumentar estoque lojas Life (maior % de coleções novas) e Lançamento Moments
- Otimizar gestão de capital alocado (redução de dias estoque e oportunidade loja)

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

- Otimização de malha logística (execução de melhor planejamento tributário)
- Maximizar investimentos de CAPEX e gastos com aluguel

NÍVEL DE SERVIÇO

- Otimizar treinamento do time de vendas para maximizar conversão
- NPS como meta gatilho (melhora de níveis de serviço em ATEC, LOG, SAC e lojas)

INOVAÇÃO E EXPANSÃO

- Incrementar produção das coleções prata-ouro e Lab Diamonds
- Roadmap tech: novo sistema de PDV, lançamento APP Vivara e nova versão do website
- Abertura de 40 a 50 lojas em 2025



DRE (R\$ mil)	Contábil	Ajustes	Comparável	Contábil	Ajustes	Comparável
	4Q24	4Q24	4Q24	2024	2024	2024
Receita Bruta (Liq. de devoluções)	1.162.388	-	1.162.388	3.271.246		3.271.246
Receita Bruta de Vendas de Mercadorias	1.339.953	-	1.339.953	3.913.787		3.913.787
Receita Bruta de Serviços	2.195	-	2.195	9.858		9.858
Deduções da Receita Bruta	(249.087)	-	(249.087)	(694.133)		(694.133)
Trocas e devoluções	(179.759)	-	(179.759)	(652.399)		(652.399)
Receita Líquida	913.301	-	913.301	2.577.113		2.577.113
(-) Custos dos Produtos Vendidos e serviços prestados	(238.906)	(39.023) (i)	(277.929)	(761.747) (39.023) (i)		(800.770)
(-) Depreciações e Amortizações	4.170	(4.888) (i)	(718)	(5.341) (4.888) (i)		(10.228)
(=) Lucro Bruto	678.565	-	634.654	1.810.026		1.766.115
(-) Despesas Operacionais	(366.474)	-	(366.474)	(1.126.441)		(1.126.441)
Vendas	(281.304)	-	(281.304)	(860.161)		(860.161)
Gerais e Administrativas	(56.937)		(56.937)	(199.607)		(199.607)
Outros Despesas (Receitas) Operacionais	2.430		2.430	77.629		77.629
(=) Lucro (Prejuízo) Antes das Financeiras	312.091	-	268.180	683.585		639.674
(=) Resultado Financeiro	(30.448)	-	(30.448)	(57.347)		(57.347)
Receitas Financeiras Líquidas	9.986	-	9.986	56.935		56.935
Despesas Financeiras Líquidas	(40.434)	-	(40.434)	(114.282)		(114.282)
(=) Lucro Operacional	281.643	-	237.732	626.238		582.327
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.815	(50.907) (ii)	(33.092)	27.155 (50.907) (ii)		(23.752)
(=) Lucro Líquido	299.458	-	204.640	653.393		558.575

(i) Revisão Metodologia de Custeio Contábil: Gastos Gerais de Fabricação (GGF)

No fechamento do exercício de 2024, a Companhia modificou a metodologia contábil de custeio de Gastos Gerais de Fabricação (compostos por remuneração de pessoal de fábrica e demais despesas incorridas na planta fabril). Essa mudança impacta positivamente o custo contábil de 2024, tendo sido integralmente registrada no 4T24 (e com isso, impactando comparabilidade das rubricas).

Para fins de manutenção da comparabilidade, na tabela acima apresentamos o saldo contábil e a visão ajustada. Abaixo descrevemos a mudança:

Antes: Até a divulgação do 3T24, a contabilização de tais gastos no custo se dava na competência em que eram incorridas, independentemente se os produtos produzidos terem sido vendidos ao consumidor final ou não (ex: salário do pessoal de fábrica era reconhecido como custo no ato do desembolso caixa, não sendo atribuídos & absorvidos aos produtos produzidos que eram alocados no estoque de produtos acabados).

Agora em diante: Tais gastos passam a ser atribuídos aos custos de cada produto produzido (compondo o valor do estoque de produto acabado) e irão transitar na linha de custo apenas no momento em que o produto produzido seja vendido para o consumidor final (à luz do CPC 16 – Custos).

(ii) Mudança na contabilização do Imposto de Renda Diferido

No exercício de 2024, a Companhia revisou os cálculos do imposto de renda diferido sobre os lucros não realizados nos estoques das operações entre suas controladas, passando a utilizar a taxa nominal do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no Brasil, equivalente a 34%, à luz do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizava a taxa média efetiva consolidada para calcular o imposto diferido. No entanto, com base na revisão realizada à luz do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, concluiu-se que a adoção da taxa nominal garantiria uma melhor apresentação da consolidação contábil do Grupo, alinhada às práticas contábeis aplicáveis.

Sem impacto material nos índices financeiros e demais informações contábeis de 2023 (e 4T23), o saldo da linha de IR/CSLL e Lucro Líquido nesse release estão retificados, tal qual apresentado na Demonstração Financeira de 2024 (RETIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – CORREÇÃO DE ERROS NÃO MATERIAIS) para demonstrar os efeitos contábeis da consolidação com base na taxa nominal no exercício de 2023.

Para fins de comparabilidade, apresentamos a métrica Lucro Líquido (comparável) que expurga esse efeito em 2024 (e 4T24), de maneira a representar a metodologia utilizada anteriormente.

DRE (R\$ mil)	Divulgado	Retificação	Retificado	Divulgado	Retificação	Retificado
	4T23	4T23	4T23	2023	2023	2023
Receita Bruta (Líq. de devoluções)	1.017.181		1.017.181	2.788.016		2.788.016
Receita Bruta de Vendas de Mercadorias	1.170.569		1.170.569	3.337.360		3.337.360
Receita Bruta de Serviços	2.168		2.168	9.386		9.386
Deduções da Receita Bruta	(239.054)		(239.054)	(601.041)		(601.041)
Trocas e devoluções	(155.556)		(155.556)	(558.730)		(558.730)
Receita Líquida	778.127		778.127	2.186.975		2.186.975
(-) Custos dos Produtos Vendidos e serviços prestados	(231.924)		(231.924)	(663.924)		(663.924)
(-) Depreciações e Amortizações	(1.818)		(1.818)	(6.940)		(6.940)
(=) Lucro Bruto	544.385		544.385	1.516.111		1.516.111
(-) Despesas Operacionais	(355.428)		(355.428)	(1.065.465)		(1.065.465)
Vendas	(255.700)		(255.700)	(738.378)		(738.378)
Gerais e Administrativas	(66.533)		(66.533)	(218.896)		(218.896)
Outros Despesas (Receitas) Operacionais	1.124		1.124	18.955		18.955
(=) Lucro (Prejuízo) Antes das Financeiras	188.958		188.958	450.646		450.646
(=) Resultado Financeiro	(17.254)		(17.254)	(49.804)		(49.804)
Receitas Financeiras Líquidas	6.415		6.415	40.761		40.761
Despesas Financeiras Líquidas	(23.669)		(23.669)	(90.564)		(90.564)
(=) Lucro Operacional	171.704		171.704	400.843		400.843
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.554)	11.876 (i)	(15.679)	(31.598)	11.876 (i)	(19.723)
(=) Lucro Líquido	144.150		156.026	369.244		381.120

(i) Mudança na contabilização do Imposto de Renda Diferido

No exercício de 2024, a Companhia revisou os cálculos do imposto de renda diferido sobre os lucros não realizados nos estoques das operações entre suas controladas, passando a utilizar a taxa nominal do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no Brasil, equivalente a 34%, à luz do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizava a taxa média efetiva consolidada para calcular o imposto diferido. No entanto, com base na revisão realizada à luz do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, concluiu-se que a adoção da taxa nominal garantiria uma melhor apresentação da consolidação contábil do Grupo, alinhada às práticas contábeis aplicáveis.

Sem impacto material nos índices financeiros e demais informações contábeis de 2023 (e 4T23), o saldo da linha de IR/CSLL e Lucro Líquido nesse release estão retificados, tal qual apresentado na Demonstração Financeira de 2024 (RETIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – CORREÇÃO DE ERROS NÃO MATERIAIS) para demonstrar os efeitos contábeis da consolidação com base na taxa nominal no exercício de 2023.

Para fins de comparabilidade, apresentamos a métrica Lucro Líquido (comparável) que expurga esse efeito do saldo retificado de 2023 (e 4T23), de maneira a representar a metodologia utilizada anteriormente (tal qual divulgação de 2023).

DRE (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Receita Bruta (Líq. de devoluções)	1.162.388	1.017.181	14,3%	3.271.246	2.788.016	17,3%
Receita Bruta de Vendas de Mercadorias	1.339.953	1.170.569	14,5%	3.913.787	3.337.360	17,3%
Receita Bruta de Serviços	2.195	2.168	1,2%	9.858	9.386	5,0%
Deduções da Receita Bruta	(249.087)	(239.054)	4,2%	(694.133)	(601.041)	15,5%
Trocas e devoluções	(179.759)	(155.556)	15,6%	(652.399)	(558.730)	16,8%
Receita Líquida	913.301	778.127	17,4%	2.577.113	2.186.975	17,8%
(-) Custos dos Produtos Vendidos e serviços prestados	(238.906)	(231.924)	3,0%	(761.747)	(663.924)	14,7%
(-) Depreciações e Amortizações	4.170	(1.818)	-329,4%	(5.341)	(6.940)	-23,0%
(=) Lucro Bruto	678.565	544.385	24,6%	1.810.026	1.516.111	19,4%
(-) Despesas Operacionais	(366.474)	(355.428)	3,1%	(1.126.441)	(1.065.465)	5,7%
Vendas	(281.304)	(255.700)	10,0%	(860.161)	(738.378)	16,5%
Pessoal	(156.839)	(134.822)	16,3%	(476.641)	(377.771)	26,2%
Aluguéis e condomínios	(30.041)	(20.637)	45,6%	(95.977)	(71.369)	34,5%
Descontos sobre arrendamentos	-	-	n.a	-	-	n.a
Frete	(16.225)	(12.591)	28,9%	(40.549)	(37.238)	8,9%
Comissão sobre Cartões	(23.215)	(20.107)	15,5%	(64.863)	(55.418)	17,0%
Serviços de Terceiros	(9.123)	(10.946)	-16,7%	(26.627)	(28.626)	-7,0%
Despesas com Marketing	(33.302)	(40.199)	-17,2%	(97.153)	(110.618)	-12,2%
Outras despesas com vendas	(12.558)	(16.397)	-23,4%	(58.351)	(57.338)	1,8%
Gerais e Administrativas	(56.937)	(66.533)	-14,4%	(199.607)	(218.896)	-8,8%
Pessoal	(13.673)	(28.920)	-52,7%	(84.947)	(109.491)	-22,4%
Aluguéis e condomínios	1.005	(360)	-379,0%	137	(1.067)	-112,8%
Serviços de Terceiros	(32.274)	(25.972)	24,3%	(74.070)	(72.337)	2,4%
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(11.996)	(11.280)	6,3%	(40.726)	(36.001)	13,1%
Depreciações e Amortizações	(30.662)	(34.319)	-10,7%	(144.302)	(127.145)	13,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	n.a	-	-	n.a
Outros Despesas (Receitas) Operacionais	2.430	1.124	116,1%	77.629	18.955	309,5%
(=) Lucro (Prejuízo) Antes das Financeiras	312.091	188.958	65,2%	683.585	450.646	51,7%
(-) Resultado Financeiro	(30.448)	(17.254)	76,5%	(57.347)	(49.804)	15,1%
Receitas Financeiras Líquidas	9.986	6.415	55,7%	56.935	40.761	39,7%
Despesas Financeiras Líquidas	(40.434)	(23.669)	70,8%	(114.282)	(90.564)	26,2%
(=) Lucro Operacional	281.643	171.704	64,0%	626.238	400.843	56,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.815	(15.678)	-213,6%	27.155	(19.722)	-237,7%
(=) Lucro Líquido	299.458	156.026	91,9%	653.393	381.121	71,4%

	2024	2023	Δ%
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	278.153	221.495	25,6%
Títulos e valores mobiliários	4.530	82.995	-94,5%
Contas a receber	955.208	830.832	15,0%
Estoques	1.332.578	782.706	70,3%
Impostos a recuperar	189.904	118.353	60,5%
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	21.515	20.198	6,5%
Total do ativo circulante	2.781.888	2.056.580	35,3%
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários LP	-	-	na
Depósitos judiciais	24.779	23.899	3,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	429.267	293.961	46,0%
Instrumentos derivativos ativo	1.276	-	na
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos	2.879	-	na
Impostos a recuperar	113.142	114.023	-0,8%
Imobilizado	853.172	765.746	11,4%
Intangível	67.326	59.191	13,7%
Total do ativo não circulante	1.491.842	1.256.819	18,7%
ATIVO TOTAL	4.273.730	3.313.399	29,0%
CIRCULANTE			
Fornecedores	158.736	142.183	11,6%
Fornecedores Convenio	214.135	29.519	625,4%
Empréstimos e financiamentos	113.370	111.463	1,7%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	125.293	117.859	6,3%
Obrigações tributárias	106.981	85.081	25,7%
Arrendamentos a pagar	14.933	17.663	-15,5%
Instrumentos derivativos passivo	-	7.216	-100,0%
Arrendamentos direito de uso a pagar	88.069	70.059	25,7%
Juros sobre capital próprio a pagar	2	2	-12,2%
Dividendos a pagar	155.186	87.699	77,0%
Outras obrigações	18.982	26.844	-29,3%
Total do passivo circulante	995.687	695.588	43,1%
NÃO CIRCULANTE			
Instrumentos derivativos passivo LP	-	-	na
Empréstimos e financiamentos	285.191	160.000	78,2%
Parcelamento de tributos	-	-	na
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18.317	14.574	25,7%
Arrendamentos direito de uso a pagar	472.131	432.625	9,1%
Outras obrigações	5.462	5.082	7,5%
Total do passivo não circulante	781.101	612.281	27,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	1.705.381	1.105.381	54,3%
Reservas de lucros	866.640	968.426	-10,5%
Lucros acumulados	-	-	na
Ações em tesouraria	(26.850)	(24.176)	11,1%
Opções Outorgadas	4.346	8.940	-51,4%
Reservas de Capital	(53.041)	(53.041)	0,0%
Outros Resultados Abrangentes	466	-	na
Total do patrimônio líquido	2.496.942	2.005.530	24,5%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.273.730	3.313.399	29,0%

Fluxo de Caixa (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ% 24vs23	2024	2023	Δ% 24vs23
Lucro Líquido	299,458	156,026	91.9%	653,393	381,121	71.4%
Ajustes do Lucro Líquido	124,795	72,164	72.9%	210,576	224,097	-6.0%
Lucro Líquido Ajustado	424,253	228,190	85.9%	863,969	605,218	42.8%
Variação nos ativos e passivos operacionais:			-			
Contas a receber	(291,088)	(272,035)	-7.0%	(124,143)	(167,675)	26.0%
Partes Relacionadas	-	-	n.a.	-	-	n.a.
Estoques	(273,394)	92,661	-395.0%	(550,632)	(73,547)	-648.7%
Fornecedores	44,490	(24,150)	284.2%	201,168	(38,340)	624.7%
Impostos a Recuperar	(77,889)	42,869	-281.7%	(48,372)	15,720	-407.7%
Obrigações Tributárias	38,411	34,525	11.3%	(13,700)	(38,368)	64.3%
Outros ativos e passivos	23,205	67,767	-65.8%	(21,449)	19,253	-211.4%
Caixa das atividades operacionais	(112,012)	169,827	-166.0%	306,841	322,261	-4.8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(29,779)	(11,589)	-157.0%	(72,614)	(43,219)	-68.0%
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(5,661)	(5,221)	-8.4%	(25,111)	(24,772)	-1.4%
Juros pagos de arrendamentos de direito de uso	(15,676)	(14,138)	-10.9%	(58,434)	(52,803)	-10.7%
Caixa líquido das atividades operacionais	(163,128)	138,880	-217.5%	150,682	201,467	-25.2%
Ações em Tesouraria	-	-	n.a.	-	(11,112)	100.0%
Imobilizado	(28,586)	(32,872)	13.0%	(107,441)	(151,579)	29.1%
Intangível	7,570	(5,922)	227.8%	(21,579)	(26,606)	18.9%
Outros	10,873	65,978	-83.5%	83,866	151,494	-44.6%
Caixa das atividades de Investimentos	(10,142)	27,184	-137.3%	(45,154)	(37,803)	-19.4%
Dividendos e JCP	0	(0)	n.a.	(87,693)	(85,701)	-2.3%
Empréstimos e financiamentos	165,838	-	n.a.	115,768	47,500	143.7%
Arrendamento do Direito de Uso	(13,317)	(12,825)	-3.8%	(64,716)	(58,604)	-10.4%
Outros	(1)	(1,263)	100.0%	(12,229)	(5,400)	-126.4%
Caixa das atividades de financiamento	152,521	(14,089)	1182.6%	(48,870)	(102,205)	52.2%
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(20,750)	151,975	-113.7%	56,658	61,458	-7.8%
Saldo Inicial de caixa e equivalente de caixa	298,902	69,519		221,495	160,036	
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	278,153	221,495		278,153	221,495	

- **EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada** - O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. A partir do cálculo acima, é realizado o ajuste para eliminação de efeitos não recorrentes no resultado e, para melhor comparabilidade, exclui-se também o efeito da adoção do CPC06/IFRS16, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, gerando o EBITDA Ajustado. Efeitos não recorrentes são caracterizados por efeitos pontuais que acontecem no resultado da Companhia. Por estes montantes não fazerem parte recorrente do resultado, a Companhia opta em realizar o ajuste para que no "EBITDA Ajustado" apareçam apenas números recorrentes. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.
- **Dívida Líquida** - A Dívida Líquida aqui apresentada é resultante do somatório dos empréstimos de curto e longo prazos presentes no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante da Companhia subtraídos da soma de Caixa e Equivalentes de Caixa com Títulos e Valores Mobiliários presentes no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante da Companhia.
- A Companhia entende que o Índice de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado auxilia na avaliação da alavancagem e liquidez. O **EBITDA Ajustado LTM** (*Last Twelve Months EBITDA*) é a somatória dos últimos 12 meses e também representa uma alternativa da geração operacional de caixa.
- O **EBITDA Ajustado**, a **Dívida Líquida**, o indicador **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM**, **Geração de Caixa Operacional**, **Lucro Bruto (Comparável)** e **Lucro Líquido (Comparável)** apresentadas neste documento não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa
- **Geração de Caixa Operacional** aqui apresentada é uma medição gerencial, resultante do fluxo de caixa de atividades operacionais apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), ajustada pelo "Arrendamento do direito de uso", que a partir de adoção do CPC06/IFRS16 passou a ser contabilizado na DFC, como atividade de financiamento.

AVISO LEGAL

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Vivara S.A. são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da Diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudança sem aviso prévio.

Todas as variações aqui apresentadas são calculadas com base nos números em milhares de reais, assim como os arredondamentos.

O presente relatório de desempenho inclui dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros pro forma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Icaro Borrello – Diretor Presidente e Financeiro

Elias Leal – Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Caio Barbuto – Gerente de RI

Rafael Monzani – Analista de RI

E-mail: ri@vivara.com.br

VIVARA

ri@vivara.com.br
ri.vivara.com.br



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da Vivara Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vivara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento de crédito extemporâneo

Veja a Nota 09 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu créditos fiscais relevantes relacionados a PIS e COFINS a recuperar decorrente de uma revisão dos critérios para a tomada de crédito de PIS e COFINS nas operações de aquisição de matérias-primas pela operação Conipa em São Paulo. A Companhia e seus assessores jurídicos e tributários entendem que esses créditos são um direito da Companhia e os reconheceram contabilmente.</p> <p>Este assunto exigiu da Companhia e de seus assessores tributários e jurídicos, julgamento significativo na determinação dessas discussões tributárias, na probabilidade de entrada dos benefícios econômicos.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos e do julgamento significativo no reconhecimento dos créditos fiscais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação, com auxílio de nossos assessores jurídicos na revisão da opinião legal e relatório emitido pelo assessor jurídico da Companhia, com o objetivo de confirmar os aspectos legais e tributários da legislação brasileira que foram base para o entendimento do mérito;– Em base amostral, recalculamos os montantes de créditos e solicitamos documentação suporte sobre notas fiscais e obrigações acessórias;– Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração desse crédito fiscal, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditória das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de correção de erros imateriais descritos na nota 3, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 20 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. Como parte de nossos exames das Demonstrações financeiras de 2024, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3 que foram efetuados para alterar as informações correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 2023. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as Demonstrações financeiras de 2023 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Leslie Nares Laurenti

Contadora CRC 1SP215906/O-9

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado							
		12/2024	12/2023	12/2024	12/2023			12/2024	12/2023	12/2024	12/2023						
CIRCULANTE																	
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	3.482	58	278.153	221.495	Fornecedores e outras contas a pagar	13.1	266	2.099	158.736	142.183						
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	-	4.530	82.995	Fornecedores Convênio	13.2	-	-	214.135	29.519						
Contas a receber	7.2	-	-	955.208	830.832	Empréstimos e financiamentos	16.1	-	-	113.370	111.463						
Estoques	8.2	-	-	1.332.578	782.706	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14.1	158	243	125.293	117.859						
Impostos a recuperar	9.1	-	4	156.755	96.048	Obrigações tributárias	15.1	10	24	63.727	71.193						
IRPJ e CSLL a recuperar	21.4	1.600	1.935	33.149	22.306	IRPJ e CSLL a recolher	21.5	-	-	43.254	13.888						
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos		419	201	21.515	20.198	Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar		-	-	14.933	17.663						
Total do ativo circulante		5.501	2.198	2.781.888	2.056.580	Instrumentos derivativos passivo	16.1	-	-	-	7.216						
NÃO CIRCULANTE																	
Instrumentos derivativos ativo	16.1	-	-	1.276	-	Juros sobre capital próprio a pagar		2	2	2	2						
Depósitos judiciais	18.2	-	-	24.779	23.899	Dividendos a pagar		155.186	87.699	155.186	87.699						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.7	-	-	429.267	293.961	Partes relacionadas	20.1	1.646	1.208	-	-						
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos		-	-	2.879	-	Arrendamentos direito de uso a pagar	29	-	-	88.069	70.059						
Impostos a recuperar	9.1	-	-	48.438	52.519	Outros passivos	17.1	1.089	2.676	18.982	26.844						
IRPJ e CSLL a recuperar	21.4	-	-	64.705	61.503	Total do passivo circulante		158.357	93.951	995.687	695.588						
Total realizável a longo prazo		-	-	571.344	431.882	NÃO CIRCULANTE											
Investimentos	10.4	2.650.466	2.099.482	-	-	Empréstimos e financiamentos	16.1	-	-	285.191	160.000						
Imobilizado	11.4	-	-	853.172	765.746	Obrigações tributárias	15.1	-	-	150	214						
Intangível	12.2	-	-	67.326	59.191	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18.1	7	-	18.317	14.574						
Total do ativo não circulante		2.650.466	2.099.482	1.491.842	1.256.819	Arrendamentos direito de uso a pagar	29	-	-	472.131	432.625						
TOTAL DO ATIVO																	
		2.655.967	2.101.680	4.273.730	3.313.399	Outros passivos	17.1	661	2.199	5.312	4.868						
						Total do passivo não circulante		668	2.199	781.101	612.281						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO																	
						Capital social	19.1	1.705.381	1.105.381	1.705.381	1.105.381						
						Reservas de capital		(53.041)	(53.041)	(53.041)	(53.041)						
						Ações em tesouraria	19.3	(26.850)	(24.176)	(26.850)	(24.176)						
						Opções Outorgadas	31	4.346	8.940	4.346	8.940						
						Reservas de lucros		866.640	968.426	866.640	968.426						
						Outros Resultados Abrangentes		466	-	466	-						
						Total do patrimônio líquido		2.496.942	2.005.530	2.496.942	2.005.530						
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
								2.655.967	2.101.680	4.273.730	3.313.399						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS					
E SERVIÇOS PRESTADOS	22.2	-	-	2.577.113	2.186.975
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	23.1	-	-	(767.087)	(670.864)
LUCRO BRUTO		-	-	1.810.026	1.516.111
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	23.2	-	-	(946.097)	(817.845)
Despesas gerais e administrativas	23.3	(11.927)	(17.973)	(257.972)	(266.574)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	665.113	398.800	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(13)	(10)	77.628	18.953
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		653.173	380.817	683.585	450.645
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	26	282	331	56.935	40.761
Despesas financeiras	27	(61)	(28)	(114.282)	(90.564)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		653.394	381.120	626.238	400.842
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	21.6	-	-	(108.150)	(54.597)
Diferidos	21.6	-	-	135.306	34.875
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		653.394	381.120	653.394	381.120
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	28	2,77937	1,61935		
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	28	2,77837	1,61884		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	653.394	381.120	653.394	381.120
Ajuste de conversão de investimentos no exterior	466	-	466	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>653.860</u>	<u>381.120</u>	<u>653.860</u>	<u>381.120</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023		1.105.381	(53.041)	5.238	(14.694)	615.068	-	-	1.657.952
Retificação de erros não materiais	3	-	-	-	-	59.934	-	-	59.934
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	381.120	-	381.120
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	18.462	(18.462)	-	-
Constituição de reserva estatutária		-	-	-	-	274.962	(274.962)	-	-
Dividendos a distribuir		-	-	-	-	-	(87.696)	-	(87.696)
Ações em tesouraria		-	-	-	(11.112)	-	-	-	(11.112)
Ações cedidas planos de incentivos		-	-	(1.630)	1.630	-	-	-	-
Opções outorgadas		-	-	5.332	-	-	-	-	5.332
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>1.105.381</u>	<u>(53.041)</u>	<u>8.940</u>	<u>(24.176)</u>	<u>968.426</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.005.530</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	653.394	-	653.394
Integralização de capital com reservas	19.1	600.000	-	-	-	(600.000)	-	-	-
Constituição de reserva legal	19.4	-	-	-	-	32.670	(32.670)	-	-
Constituição de reserva estatutária	19.4	-	-	-	-	465.543	(465.543)	-	-
Dividendos a distribuir	19.4	-	-	-	-	-	(155.181)	-	(155.181)
Recompra de ações	19.3	-	-	-	(6.973)	-	-	-	(6.973)
Ações cedidas de incentivos de longo prazo	19.3	-	-	(4.299)	4.299	-	-	-	-
Pagamento de incentivos de longo prazo	31	-	-	(1.997)	-	-	-	-	(1.997)
Plano de incentivos de longo prazo	31	-	-	1.702	-	-	-	-	1.702
Dividendos prescritos	19.4	-	-	-	-	1	-	-	1
Ajuste de conversão do período		-	-	-	-	-	-	466	466
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>1.705.381</u>	<u>(53.041)</u>	<u>4.346</u>	<u>(26.850)</u>	<u>866.640</u>	<u>-</u>	<u>466</u>	<u>2.496.942</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	653.394	381.120	653.394	381.120
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	23	-	-	154.530
Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	27	-	-	33.203
Encargos sobre arrendamento direto de uso locação	29	-	-	60.051
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	21.6	-	-	(27.156)
Provisão para perdas de estoque	8.3	-	-	760
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18.1	7	-	16.919
Perdas esperadas de crédito	25	-	-	(233)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	(665.113)	(398.800)	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	25	-	-	1.036
Contratos arrendamentos baixados	25	-	-	(1.292)
Incentivos de longo prazo		1.702	5.332	1.702
Atualizações monetárias e rendimentos		(87)	(75)	(28.945)
Variação nos ativos e passivos operacionais:				-
Contas a receber		-	-	(124.143)
Estoques		-	-	(550.632)
Partes relacionadas	438	1.267	-	-
Impostos a recuperar	427	-	(48.372)	15.720
Depósitos judiciais	-	-	364	7.129
Outros créditos	(219)	(4)	(4.196)	(3.734)
Fornecedores e outras contas a pagar	2.099	-	201.168	(38.340)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(85)	5	7.434	25.521
Obrigações tributárias	(14)	865	(13.700)	(38.368)
Arrendamentos variáveis e condomínios a pagar	-	-	(2.729)	(2.104)
Contingências pagas	18.1	-	(13.173)	(5.727)
Outros passivos		(7.057)	4.738	(7.152)
Incentivos de longo prazo pagos	31	(1.997)	-	(1.997)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(16.505)	(5.552)	306.841
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(72.614)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	16.3	-	-	(25.111)
Juros pagos de arrendamentos de direito de uso	29	-	-	(58.434)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(16.505)	(5.552)	150.682
				201.467
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Dividendos recebidos	10.4	120.796	102.315	-
Aplicações financeiras		-	-	83.866
Ações em tesouraria	19.3	-	(11.112)	-
Aquisição de imobilizado	11.6	-	-	(107.441)
Aporte de capital em controladas	10.4	(6.201)	-	-
Aquisição de intangível	12.2	-	-	(21.579)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		114.595	91.203	(26.606)
				(37.803)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos	19.4	(87.693)	(85.701)	(87.693)
Captação de empréstimos e financiamentos	16.3	-	-	190.000
Captação de financiamentos fornecedores convênio	16.3	-	-	48.182
Amortização de empréstimos e financiamentos	16.3	-	-	(122.414)
Liquidação contratos SWAP	16.3	-	-	(5.256)
Recompra de ações	19.3	(6.973)	-	(6.973)
Pagamento de arrendamentos direito de uso	29	-	-	(64.716)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(94.666)	(85.701)	(48.870)
				(102.205)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
		3.424	(50)	56.658
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		58	108	221.495
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		3.482	58	278.153
				221.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
RECEITAS					
Receita de contrato com cliente	22.2	-	-	3.271.247	2.788.016
Outras receitas	25	-	-	94.896	20.756
Receita de construção de ativos próprios		-	-	80.632	81.521
Perda estimadas de créditos – reversão/(constituição)	25	-	-	(23)	565
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	23.1	-	-	(655.423)	(593.364)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	23	(1.939)	(6.889)	(523.452)	(456.933)
Custos de construção de ativos próprios		-	-	(78.778)	(79.525)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(1.939)	(6.889)	2.189.099	1.761.036
Depreciação e amortização	23	-	-	(154.530)	(134.085)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(1.939)	(6.889)	2.034.569	1.626.951
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	10.3	665.113	398.800	-	-
Receitas financeiras	26	282	331	56.935	40.761
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		663.456	392.242	2.091.504	1.667.712
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		5.717	10.029	430.619	374.464
Benefícios		941	-	75.744	65.530
FGTS		609	-	40.739	29.535
		7.267	10.029	547.102	469.529
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		2.732	1.063	306.508	319.786
Estaduais		9	6	439.310	383.947
Municipais		6	15	4.622	4.621
		2.747	1.084	750.440	708.354
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros	48	9	111.400	88.412	
Alugueis	-	-	27.028	17.877	
Outras	-	-	2.140	2.420	
	48	9	140.568	108.709	
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19.4	155.181	87.696	155.181	87.696
Lucros retidos		498.213	293.424	498.213	293.424
		653.394	381.120	653.394	381.120
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		663.456	392.242	2.091.504	1.667.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vivara Participações S.A. (“Vivara Participações” ou “Companhia”) com sede social em São Paulo, é a “holding” que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de joias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as informações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. (“Tellerina”), Conipa Indústria e Comércio de Presentes, Metais e Artigos de Decoração Ltda. (“Conipa”) e Tellerina Panamá S.A. (“Tellerina Panamá”).

Os acionistas de referência da Companhia são Nelson Kaufman e Marina Kaufman Bueno Netto que em conjunto detêm 47,35% das ações.

Controladas	% de participação	
	31.12.2024	31.12.2023
Tellerina	100%	100%
Conipa	100%	100%
Tellerina Panamá	100%	-

A Tellerina tem sua sede social na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e centro administrativo na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob as bandeiras “VIVARA” e “LIFE”, a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigo em metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados, bem como a prestação de serviços de “design” e de conserto de joias em geral.

A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e relojoaria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de joias e relógios.

A Tellerina Panamá tem sede na Cidade do Panamá - República do Panamá. Tem como atividade a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de joias, bijuterias, artigos em metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e assemelhados. Em 24 de outubro de 2024 foi inaugurada 1 loja no Panamá com a bandeira “VIVARA”.

A quantidade de pontos de vendas em operação é demonstrada a seguir:

Pontos de Vendas	BRASIL		PANAMÁ		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lojas Vivara	265	257	1	-	266	257
Lojas Life	180	117	-	-	180	117
Quiosques	11	16	-	-	11	16
Total	456	390	1	-	457	390

Ataque cibernético

Em junho de 2024, a Companhia sofreu um ataque cibernético do tipo *ransomware*, porém não houve qualquer impacto significativo decorrente desse ataque. Na ocasião, a Companhia imediatamente adotou as medidas de segurança apropriadas para mitigação dos impactos e da manutenção da normalidade operacional, incluindo o isolamento e a suspensão temporária de seus sistemas para proteção de suas informações. Vale ressaltar que a suspensão do funcionamento de parte dos sistemas foi realizada de forma preventiva e por protocolo de segurança, não tendo causado impactos significativos nas operações da Companhia ou na experiência de seus clientes.

Após a adoção das medidas emergenciais, a Companhia, juntamente com seus assessores legais e técnicos, conduziu uma avaliação abrangente do incidente, incluindo a análise detalhada de seus sistemas e bases de informações. Como resultado desse processo, todas as providências necessárias foram tomadas e concluiu-se que não houve comprometimento significativo de dados, tampouco impactos relevantes nas operações da Companhia.

A Companhia esclarece, por fim, que manterá os seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de eventuais desdobramentos que possam ser relevantes sobre esse incidente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis do grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3 Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas informações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A controlada Tellerina Panamá tem como moeda funcional Dólar americano e suas demonstrações financeiras foram convertidas para Real conforme pronunciamento técnico CPC 02 (R2), IAS 21. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, em que os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data do balanço, as receitas e despesas com as taxas de câmbio nas datas das transações e o patrimônio líquido pelas taxas históricas.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais contas sujeitas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas nº 11 e nº 12 - determinação da vida útil e análise do valor recuperável ("impairment") do imobilizado e intangível.

Nota explicativa nº 30 - determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

Nota explicativa nº 18.1 - provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Nota explicativa nº 21.7 - imposto de renda e contribuição social diferidos.

Nota explicativa nº 29 - arrendamento de direito de uso.

2.6 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: a) tem poder sobre a investida; b) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; c) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

3. RETIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – CORREÇÃO DE ERROS NÃO MATERIAIS

No exercício de 2024, a Companhia revisou os cálculos do imposto de renda diferido sobre os lucros não realizados nos estoques das operações entre suas controladas e concluiu que a taxa nominal do Imposto

de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no Brasil, equivalente a 34%, para o registro contábil do imposto diferido nessa operação de consolidação é a adequada.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizava a taxa média efetiva consolidada para calcular o imposto diferido, considerando que essa metodologia refletiria os efeitos econômicos da realização do ativo fiscal. No entanto, com base na revisão realizada à luz do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, concluiu-se que a adoção da taxa nominal é a que está alinhada às práticas contábeis aplicáveis.

Sem impacto material nos índices financeiros e demais informações contábeis, em decorrência da adoção inicial desta interpretação contábil para o exercício social de 2024, os valores contábeis referentes ao exercício social anterior, para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados para demonstrar os efeitos contábeis da consolidação com base na taxa nominal, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

3.1 Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2023	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Retificado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Retificado
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	222.152	71.809	293.961
Investimentos	2.027.673	71.809	2.099.482	-	-	-
Outros	2.198	-	2.198	3.019.438	-	3.019.438
Total do Ativo	2.029.871	71.809	2.101.680	3.241.590	71.809	3.313.399
Total dos passivos	96.150	-	96.150	1.307.869	-	1.307.869
Reservas de lucros	896.617	71.809	968.426	896.617	71.809	968.426
Outros	1.037.104	-	1.037.104	1.037.104	-	1.037.104
Total do patrimônio líquido	1.933.721	71.809	2.005.530	1.933.721	71.809	2.005.530

3.2 Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2023	Impacto da retificação de erros		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Retificado
Lucro Operacional antes Imposto De Renda e Contribuição Social	400.842	-	400.842
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	(54.597)	-	(54.597)
Diferidos	23.000	11.875	34.875
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	369.245	11.875	381.120

3.3 Demonstração dos resultados abrangentes

	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Retificado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Retificado
31 de dezembro de 2023						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	369.245	11.875	381.120	369.245	11.875	381.120
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE						
TOTAL DO EXERCÍCIO	369.245	11.875	381.120	369.245	11.875	381.120

3.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2023	Apresentado anteriormente		Ajustes	Retificado
Reserva de lucros		896.617	71.809	968.426
Outros		1.037.104	-	1.037.104
TOTAL PATRIMONIO LÍQUIDO		1.933.721	71.809	2.005.530

3.5 Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2023	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Retificado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Retificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido do período	369.245	11.875	381.120	369.245	11.875	381.120
Resultado de equivalência patrimonial	(386.925)	(11.875)	(398.800)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social						
correntes e diferidos	-	-	-	31.598	(11.875)	19.723
Outros	12.128	-	12.128	(199.376)	-	(119.376)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(5.552)	-	(5.552)	201.467	-	201.467
Outros	5.502	-	5.502	(140.008)	-	(140.008)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(50)	-	(50)	61.459	-	61.459

3.6 Demonstração do valor adicionado

31 de dezembro de 2023	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Retificado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Retificado
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(6.889)	-	(6.889)	1.626.951	-	1.626.951
Participação nos lucros de controladas	386.925	11.875	398.800	-	-	-
Outros	331	-	331	40.761	-	40.761
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	380.367	11.875	392.242	1.667.712	-	1.667.712
Distribuição do valor adicionado						
Federais	1.063	-	1.063	331.661	(11.875)	319.786
Outros	97.755	-	97.755	1.054.502	-	1.054.502
Lucros retidos	281.549	11.875	293.424	281.549	11.875	293.424
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	380.367	11.875	392.242	1.667.712	-	1.667.712

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A seguir, apresentam-se as políticas contábeis relevantes que não serão abordadas nas respectivas notas explicativas:

4.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

4.2 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, além de sua distribuição durante determinado exercício, é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

4.3 Redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

4.4 Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.

4.5 Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícitas, e em certos casos implícitas, dos respectivos ativos e passivos.

4.6 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis:

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações contábeis: se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, substituirá o CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis, ainda estão sendo verificados os impactos da adoção da norma nas Demonstrações Financeiras e processos internos, com o objetivo de incorporar as alterações previstas.

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7): sem efeitos relevantes na companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1 Política contábil

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação.

Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização.

5.2 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	-	10.540	10.498
Bancos conta Movimento	-	58	4.486	772
Aplicações Financeiras 5.3	3.482	-	263.127	210.225
Total	3.482	58	278.153	221.495

5.3 Detalhamento aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2024	Taxa CDI	31/12/2024	Taxa CDI	31/12/2023
CDB	3.470	88,0%	251.540	98,6%	200.126
Aplicações automáticas	12	2,0%	11.587	2,0%	10.099
Total	3.482		263.127		210.225

6. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6.1 Política contábil

Os investimentos em títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras em fundos de investimentos e letras financeiras emitidas por instituições bancárias com prazos para resgate superiores a 90 dias da data da aplicação.

6.2 Composição dos saldos

	Consolidado			
	31/12/2024	Rentabilidade	31/12/2023	Rentabilidade
Letras Financeiras	4.530	103,0%	82.995	77,1%
Total	4.530		82.995	

As letras financeiras são títulos de renda fixa pré ou pós fixados, emitidos por Instituições Financeiras com alto “rating” de avaliação, comprados no mercado primário e secundário. São investimentos que

inicialmente tinham prazos de resgate de até dois anos, estão sendo resgatados conforme o vencimento e possuem características semelhantes ao CDB.

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

A provisão para perda esperada de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos.

7.2 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Operadoras de cartões	952.984	823.681
Boletos	2.209	1.007
Cheques a compensar	256	6.618
Subtotal	955.449	831.306
(-) Perdas estimadas de créditos	(241)	(474)
Total	955.208	830.832
Vencidos:	562	448
A vencer:	954.587	830.858
Total	955.449	831.306

Os saldos a vencer são compostos, substancialmente, por vendas realizadas por meio de cartão de crédito, podendo ser parceladas em até 10 vezes, sem incidência de encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio dos recebíveis era de 106 dias (108 dias em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia avaliou e concluiu que os efeitos do Ajuste a Valor Presente (AVP) não são materiais e, em conformidade com sua política contábil, optou pelo não reconhecimento.

7.3 Provisão para perdas esperadas de crédito

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do início do período	(474)	(1.114)
Provisões	(370)	(120)
Reversões	603	760
Saldo do fim do período	(241)	(474)

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil

Mensurados pelo custo de aquisição ou produção e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

8.2 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	866.841	538.250
Matérias-primas	353.107	186.666
Material de consumo e embalagens	48.252	27.904
Adiantamentos - Importações	62.262	22.205
Estoques em trânsito	2.116	7.681
Total	1.332.578	782.706

Em 31 de dezembro de 2024 os estoques incluídos no Custo das Mercadorias Vendidas totalizaram R\$593.764 (R\$557.274 em 31 de dezembro de 2023).

8.3 Provisão para perdas

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de joias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes. O reconhecimento dessas provisões é realizado pelo valor do custo médio ponderado em estoque na data do balanço.

São considerados como de giro lento os produtos acabados com ciclos de vendas cujo intervalo seja superior ao ciclo operacional da Companhia. O ciclo operacional é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. O ciclo operacional do Grupo Vivara é superior a 12 meses.

As perdas no processo de derretimento de joias não são relevantes percentualmente devido a tecnologia utilizada na recuperação das matérias-primas envolvidas (ouro, prata e pedras).

As provisões de perdas são reconhecidas no resultado na rubrica Custo de aquisição de mercadorias e matérias-primas e produtos para revenda conforme nota explicativa nº 23.1.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do início do período	(4.457)	(5.010)
Provisões	(5.469)	(3.796)
Reversões	4.709	4.349
Saldo do fim do período	(5.217)	(4.457)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

9.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS 9.2	-	-	100.630	125.498
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS 9.3	-	-	100.622	19.855
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	-	-	3.905	3.123
Outros impostos a recuperar	-	4	36	91
Total	-	4	205.193	148.567
Ativo circulante	-	4	156.755	96.048
Ativo não circulante	-	-	48.438	52.519
Total	-	4	205.193	148.567

9.2 ICMS

a) Saldo credor na Tellerina

Os valores a recuperar de créditos de ICMS, registrados no ativo não circulante, são gerados pelo acúmulo de saldo credor nas operações de lojas Vivara localizadas em grande parte nos Estados de Pernambuco e Alagoas. As novas lojas e lojas em maturação também apresentam saldos credores no início da operação em função do abastecimento inicial dos estoques e estão classificados no ativo circulante.

Em Pernambuco, que concentra a maior parte desse saldo credor, R\$13.024 (R\$30.558 em 31 de dezembro de 2023) foi concedido a Companhia o estímulo previsto na Lei nº 11.675 de 11 de outubro de 1999 que dispõem sobre o PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco). As empresas contempladas com este benefício têm afastada a antecipação tributária na aquisição de mercadorias de outra unidade da federação, além do crédito presumido de ICMS no percentual de 3% respeitadas as regras de apuração e não sujeição à cobrança do ICMS mínimo. A Companhia implantou um centro de distribuição no referido Estado, em linha com os objetivos de atender de forma mais eficiente seus clientes e recolherá a taxa de administração de 2% sobre o total de benefício utilizado. O prazo de fruição encerra-se em 31 de dezembro de 2032.

b) Saldo credor na Conipa

A operação de aquisição de matéria-prima pela filial em São Paulo da Conipa tem acumulado saldo credor de ICMS. Em junho de 2021 a Companhia iniciou processo junto a Delegacia Regional Tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo através do e-CredAc, instituído pela portaria CAT nº 26/2010.

O processo de habilitação do crédito cumpriu as etapas de validação, fiscalização e em 7 de novembro de 2023 reconheceu a interdependência entre as controladas Conipa e Tellerina para fins atinentes ao aproveitamento dos créditos acumulados de ICMS através do e-credac.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo credor de ICMS relacionado as operações do e-credac totaliza R\$42.195 (R\$45.533 em 31 de dezembro de 2023).

A expectativa da realização dos créditos de ICMS é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	92.835
2025	81.007	32.663
2026	19.623	-
Total	100.630	125.498

9.3 PIS E COFINS

a) Créditos extemporâneos

A Tellerina obteve decisão favorável, com trânsito em julgado em 27 de fevereiro de 2023 do mandado de segurança nº 00016202-70.2012.4.01.3200, quanto ao reconhecimento da inexigibilidade das Contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes das vendas de mercadorias realizadas dentro da Zona Franca de Manaus, para pessoa física ou jurídica. A Tellerina obteve o provimento do seu pedido na ação, bem como a declaração do direito a "compensabilidade" das contribuições pagas indevidamente a partir do quinquênio que antecedeu a propositura da ação (outubro de 2012).

Em 1º de fevereiro de 2024 a Tellerina protocolou o processo de habilitação dos créditos perante a Receita Federal do Brasil e o deferimento ocorreu em 21 de março de 2024. Os saldos dos créditos em 31 de dezembro de 2024, corrigidos com atualização Selic, totalizam R\$5.876 (R\$19.855 em 31 de dezembro de 2023).

Em junho de 2024, a Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos, revisou os critérios para o aproveitamento de créditos de PIS e COFINS nas aquisições de matérias-primas pela operação Conipa (São Paulo), identificando a possibilidade de reconhecimento de créditos extemporâneos conforme a legislação tributária federal. Foram reconhecidos créditos no total de R\$100.470, dos quais R\$82.136 correspondem ao valor principal, registrado como "Créditos tributários" (nota explicativa nº 25), e R\$ 18.334 referentes à correção pela Selic, registrado como "Receitas Financeiras" (nota explicativa nº 26). Em 31 de dezembro de 2024 o saldo a compensar destes créditos totaliza o montante de R\$84.281.

A expectativa da realização dos créditos de Pis e Cofins é demonstrada a seguir:

	Consolidado
	31/12/2024
2025	71.807
2026	28.815
Total	100.622

10. INVESTIMENTO

10.1 Política contábil

Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre as empresas do grupo, bem como receitas e despesas, são eliminados no processo de consolidação.

10.2 Informações das controladas

	31/12/2024			31/12/2023	
	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Tellerina	Conipa
Ativo circulante	3.348.523	2.844.647	12.933	2.413.940	452.506
Ativo não circulante	1.004.826	179.608	5.539	972.070	1.491.798
Total do ativo	4.353.349	3.024.255	18.472	3.386.010	1.944.304
Passivo circulante	2.887.752	480.517	10.922	686.574	160.431
Passivo não circulante	765.520	12.401	2.512	1.995.360	14.445
Patrimônio Líquido	704.075	1.648.632	6.667	694.448	1.330.109
Total do passivo e PL	4.357.347	2.141.550	20.101	3.376.382	1.504.985
Lucro (prejuízo) Líquido	(3.999)	882.705	(1.629)	9.628	439.319
Participação	100%	100%	100%	100%	100%

10.3 Equivalência patrimonial

	31/12/2024			
	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Lucro (prejuízo) líquido	(3.999)	882.705	(1.629)	877.077
<u>Eliminações:</u>				
AVP	5.032	73.895	-	78.927
IRPJ e CSLL diferidos s/AVP	(1.711)	(25.124)	-	(26.835)
Lucro não realizado nos estoques	(4.881)	(395.205)	-	(400.086)
IRPJ e CSLL diferidos s/lucro não realizado	1.660	134.370	-	136.030
Resultado equivalência patrimonial	(3.899)	670.641	(1.629)	665.113

	31/12/2023			
	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Lucro líquido	9.628	439.319	-	448.947
<u>Eliminações:</u>				
AVP	22.853	(8.691)	-	14.162
IRPJ e CSLL diferidos s/AVP	(7.770)	2.954	-	(4.816)
Lucro não realizado nos estoques	-	(90.139)	-	(90.139)
IRPJ e CSLL diferidos s/lucro não realizado	-	30.646	-	30.646
Resultado equivalência patrimonial	24.711	374.091	-	398.800

10.4 Movimentação dos investimentos

	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Saldo em 31/12/2022	584.654	1.158.409	-	1.743.063
Retificação de erros não materiais	-	59.934	-	59.934
Equivalência Patrimonial	24.711	374.089	-	398.800
Dividendos recebidos	-	(102.315)	-	(102.315)
Saldo em 31/12/2023	609.365	1.490.117	-	2.099.482

	Tellerina	Conipa	Tellerina Panamá	Controladora
Aporte de capital	-	-	6.201	6.201
Equivalência Patrimonial	(3.899)	670.641	(1.629)	665.113
Outros resultados abrangentes	-	-	466	466
Dividendos recebidos	-	(120.796)	-	(120.796)
Saldo em 31/12/2024	605.466	2.039.962	5.038	2.650.466

10.5 Reserva de incentivo fiscal

As controladas constituíram reservas para incentivos fiscais:

Do lucro da exploração com a redução de 75% do valor do IRPJ; o benefício foi concedido em 2010 para a Tellerina e foi usufruído até agosto de 2016, data da cisão que constituiu a Conipa, que obteve a concessão do benefício com vigência até dezembro de 2024. Em 27 de dezembro de 2024 foi divulgado pela SUDAM a resolução 1.175/2024 que prorrogou o benefício da Conipa até 31 de dezembro de 2033.

De subvenção para investimento, até 31 de dezembro de 2023, o incentivo fiscal de ICMS na Zona Franca de Manaus, Minas Gerais, Pernambuco e Pará era reconhecido no Patrimônio Líquido em Reserva de incentivo fiscal como contrapartida do benefício de exclusão da base do IRPJ e CSLL. A partir de 1º de janeiro de 2024, com a regulamentação da Lei 14.789/23 deixou de ser requerido o reconhecimento em reservas.

O valor do benefício fiscal de ICMS para o exercício de 2024 é de R\$272.011 e está registrado na rubrica Receita Líquida conforme nota explicativa nº 22.

A movimentação dessas reservas está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Incentivo ICMS	642.305	-	642.305
Incentivo Lucro da Exploração	206.253	140.342	346.595
Total	848.558	140.342	988.900

Conforme legislação tributária vigente os montantes destinados a estas reservas oriundos de benefícios fiscais de subvenção de reinvestimentos nas controladas, não podem ser distribuídos a título de lucros e dividendos à Controladora.

11. IMOBILIZADO

11.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

11.2 Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

11.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente, a vida útil do exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil (em anos)	
	2024	2023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 a 15	5
Móveis e utensílios	5 a 10	10
Máquinas, equipamentos e instalações	5 a 10	10
Veículos	5	5
Equipamentos de Informática	3 a 10	5
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	5 a 15	5 a 10
Direito de uso Cloud	3	3
Ponto comercial	5	5

11.4 Composição dos saldos

	Consolidado			
		31/12/2024	31/12/2023	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	337.860	(132.966)	204.894	125.856
Móveis e utensílios	107.813	(40.619)	67.194	51.249
Máquinas, equipamentos e instalações	90.168	(24.667)	65.501	46.741
Veículos	302	(38)	264	103
Equipamentos de Informática	28.570	(18.192)	10.378	10.196
Terrenos	350	-	350	350
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	832.197	(330.872)	501.325	462.284
Ativo de direitos de uso - cloud	12.380	(12.347)	33	1.128
Imobilizados em andamento	3.233	-	3.233	67.839
Total	1.412.873	(559.701)	853.172	765.746

11.5 Provisão para redução ao valor recuperável

A Companhia definiu as lojas de sua controlada Tellerina como unidades geradoras de caixa. Com base na avaliação realizada para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, considerando os resultados operacionais e os fluxos de caixa positivos de suas controladas, e na ausência de quaisquer indícios ou fatos novos que demandem uma reavaliação, não há indicativo de necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis.

11.6 Movimentação dos saldos

	Consolidado									
	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	31/12/2024
Custo:										
Benfeitorias em imóveis de terceiros	146.847	482	-	83.319	230.648	847	-	106.364	1	337.860
Móveis e utensílios	61.913	976	(63)	18.334	81.160	3.505	(338)	23.469	17	107.813
Máquinas, equipamentos e instalações	45.661	12.927	(2.080)	6.820	63.328	13.613	(830)	14.056	1	90.168
Veículos	132	112	(132)	-	112	190	-	-	-	302
Equipamentos de Informática	19.656	4.027	(227)	16	23.472	4.412	(72)	758	-	28.570
Terrenos	350	-	-	-	350	-	-	-	-	350
Ativo de direitos de uso - locações imóveis (a)	622.960	100.285	(10.762)	-	712.483	132.828	(13.491)	-	377	832.197
Ativo de direitos de uso - cloud	12.380	-	-	-	12.380	-	-	-	-	12.380
Imobilizados em andamento	50.745	125.588	(5)	(108.489)	67.839	79.877	-	(144.647)	164	3.233
Subtotal	960.644	244.397	(13.269)	-	1.191.772	235.272	(14.731)	-	560	1.412.873
Depreciação:										
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(81.155)	(23.637)	-	-	(104.792)	(28.174)	-	-	-	(132.966)
Móveis e utensílios	(23.504)	(6.445)	38	-	(29.911)	(10.708)	-	-	-	(40.619)
Máquinas, equipamentos e instalações	(12.818)	(5.267)	1.498	-	(16.587)	(8.251)	171	-	-	(24.667)
Veículos	(86)	(12)	89	-	(9)	(29)	-	-	-	(38)
Equipamentos de Informática	(9.963)	(3.493)	180	-	(13.276)	(4.949)	33	-	-	(18.192)
Ativo de direitos de uso - locações imóveis	(173.829)	(81.449)	5.079	-	(250.199)	(87.868)	7.215	-	(20)	(330.872)
Ativo de direitos de uso - cloud	(7.125)	(4.127)	-	-	(11.252)	(1.095)	-	-	-	(12.347)
Subtotal	(308.480)	(124.430)	6.884	-	(426.026)	(141.074)	7.419	-	(20)	(559.701)
Total	652.164	119.967	(6.385)	-	765.746	94.198	(7.312)	-	540	853.172

a) Contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 33.

12. INTANGÍVEL

12.1 Política contábil

Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário.

Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento.

A vida útil do exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil (em anos)	
	2024	2023
Pontos comerciais	5	5
Sistema de informática	5	5
Outros intangíveis	5	5

12.2 Movimentação dos saldos

	Consolidado		
	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo:			
Pontos comerciais	32.225	-	32.225
Sistemas de informática em implantação	2.039	24.429	26.468
Sistema de informática	58.411	2.177	60.588
Outros intangíveis	305	-	305
Subtotal	92.980	26.606	119.586
Amortização:			
Pontos comerciais	(30.897)	(342)	(31.239)
Sistema de informática	(19.787)	(9.252)	(29.039)
Outros intangíveis	(56)	(61)	(117)
Subtotal	(50.740)	(9.655)	(60.395)
Total	42.240	16.951	59.191

	Consolidado				
	31/12/2023	Adições	Transferências	Ajuste de conversão	31/12/2024
Custo:					
Pontos comerciais	32.225	-	-	-	32.225
Sistemas de informática em implantação	26.468	14.565	(30.967)	13	10.079
Sistema de informática	60.588	7.014	30.967	-	98.569
Outros intangíveis	305	-	-	-	305
Subtotal	119.586	21.579	-	13	141.178

	Consolidado				
	31/12/2023	Adições	Transferências	Ajuste de conversão	31/12/2024
Amortização:					
Pontos comerciais	(31.239)	(342)	-	-	(31.581)
Sistema de informática	(29.039)	(13.054)	-	-	(42.093)
Outros intangíveis	(117)	(61)	-	-	(178)
Subtotal	(60.395)	(13.457)	-	-	(73.852)
Total	59.191	8.122	-	13	67.326

13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

13.1 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo é constituído por compras de matéria-prima, insumos, embalagens, mercadorias para revenda e serviços de terceiros com prazo médio de pagamento de 92 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores				
Nacionais	-	-	58.126	50.099
Estrangeiros	-	-	35.528	23.530
Total Fornecedores	-	-	93.654	73.629
Outras contas a pagar				
Serviços tomados a pagar	266	2.099	65.082	68.554
Total Outras contas a pagar	266	2.099	65.082	68.554
Total Fornecedores e outras contas a pagar	266	2.099	158.736	142.183

13.2 Fornecedores convênio

As controladas da Companhia mantêm convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, podem estruturar operações de antecipação de recebíveis relacionados às operações mercantis entre as partes.

A Administração avaliou que a substância econômica dessas operações permanece de natureza operacional, uma vez que a decisão pela antecipação dos recebíveis é exclusiva dos fornecedores, sem alteração nos prazos originais negociados com a Companhia nem nos valores contratados.

O custo financeiro da antecipação do recebível, de responsabilidade dos fornecedores, tem taxa média ponderada de 0,93% ao mês, e o prazo médio de vencimento dos títulos antecipados é de 90 dias.

Adicionalmente, não há exposição significativa a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a essas operações. Os passivos decorrentes não são considerados dívida líquida e estão sujeitos a cláusulas restritivas usuais de mercado (financeiras e não financeiras), todas integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024. Dentre as cláusulas restritivas previstas em contrato destacam-se, não sofrer protesto de título em montante igual ou superior a R\$10.000, não decretar falência ou pedido de recuperação judicial.

Os saldos relacionados a essas operações são classificados como "Fornecedores - Convênio", e os pagamentos são efetuados diretamente às instituições financeiras, nas mesmas condições

originalmente acordadas com os fornecedores. Dessa forma, todo o fluxo de caixa relacionado a essas transações é apresentado como operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar correlacionado a estas operações é de R\$214.135 (R\$29.519 em 31 de dezembro de 2023). O aumento significativo nos saldos está relacionado com maior volume de compras de matérias-primas no 4º trimestre de 2024 quando comparado ao mesmo período de 2023.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

14.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de férias	-	-	40.236	38.292
Salários	80	124	32.797	29.075
PLR e Bônus	-	-	14.228	18.624
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	4.813	4.234
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	30	36	17.298	14.676
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	48	83	14.602	12.628
Outras	-	-	1.319	330
Total	158	243	125.293	117.859

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

15.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	-	-	34.789	35.726
PIS e COFINS	1	1	23.536	30.637
Parcelamentos de impostos	-	-	217	434
F.T.I e U.E.A. (a)	-	-	2.997	1.162
Outras	9	23	2.338	3.448
Total	10	24	63.877	71.407
Passivo circulante	10	24	63.727	71.193
Passivo não circulante	-	-	150	214
Total	10	24	63.877	71.407

- (a) O Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas “F.T.I.” é um tributo estadual devido pela Conipa em suas vendas de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus para os demais Estados da Federação. O “UEA” é uma taxa estadual direcionada pelo Governo para a Universidade Estadual da Amazônia.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

16.1 Composição dos saldos

Instituição e modalidade	Taxa	Vencimento	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
<u>Em moeda local</u>				
Banco Safra - Capital de giro	CDI +1,55% a.a.	12/2024	-	20.062
Banco Itaú BBA S.A. - Capital de giro	CDI +1,85% a.a.	02/2025	63.055	63.400
Banco Itaú BBA S.A. - Capital de giro	CDI +1,55% a.a.	09/2024	-	41.497
Banco Itaú BBA S.A. - Capital de giro - Renovação	CDI +0,95% a.a.	09/2026	41.347	-
Banco Bradesco - Capital de giro	CDI +1,30% a.a.	12/2025	-	50.199
Total de empréstimos em moeda local			104.402	175.158
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Banco Santander - Resolução 4131	Pré-fixado 5,7970% a.a.	08/2025	-	51.441
Banco Santander - Resolução 4131	Pré-fixado 2,3475% a.a.	02/2024	-	44.864
Banco Santander - Resolução 4131	CDI +0,55% a.a.	12/2026	245.977	-
Total de empréstimos em moeda estrangeira			245.977	96.305
<u>Financiamento - Fornecedores Convênio</u>				
Banco Itaú		06/2025	27.774	-
Banco Santander		03/2025	20.408	-
Total de financiamento fornecedor convênio (a)			48.182	-
Total de empréstimos e financiamentos			398.561	271.463
Passivo circulante			113.370	111.463
Passivo não circulante			285.191	160.000
Total			398.561	271.463
<u>Instrumentos derivativos - contratos de "swap"</u>				
Banco Santander (Brasil) - Derivativo (ativo)/passivo	Var. Cambial + 6,90% a.a.	08/2025	-	1.289
Banco Santander (Brasil) - Derivativo (ativo)/passivo	Var. Cambial + 2,35% a.a	02/2024	-	5.927
Banco Santander (Brasil) - Derivativo (ativo)/passivo	Var. Cambial +5,77% a.a	12/2026	(1.276)	-
Total de Instrumentos derivativos e contratos de "swap"			(1.276)	7.216
Total de empréstimos e financiamentos líquido dos instrumentos derivativos			397.285	278.679

Os contratos acima citados com vencimento previsto até a data da emissão dessas informações financeiras foram liquidados no prazo.

Para a totalidade dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com instituições financeiras não existem cláusulas financeiras restritivas (“covenant”), apenas cláusulas de liquidação antecipada caso a emitente sofra protesto de títulos com valor superior a R\$10.000.

(a) No exercício de 2024, a Companhia revisou o prazo de vencimento das obrigações com fornecedores de metais preciosos, estendendo-o para 180 dias. Em função dessa mudança, os saldos correspondentes foram reclassificados para a rubrica "Empréstimos e Financiamentos", refletindo a nova natureza da obrigação.

16.2 Vencimentos do passivo não circulante

Ano	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
De 1 a 2 anos	285.191	-
De 2 a 3 anos	-	160.000
Total	285.191	160.000

16.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	278.679	227.642
Captações – empréstimos bancários	190.000	160.000
Captações - fornecedores convênio	48.182	-
Amortização do principal	(122.414)	(112.500)
Liquidação contratos derivativos	(5.256)	(5.400)
Pagamento de juros	(25.111)	(24.772)
Fluxo de caixa de financiamento	85.400	17.328
Juros incorridos	24.966	27.066
Variação cambial	19.421	9.675
Encargos financeiros contratos derivativos incorridos	(11.182)	(3.032)
Variações que não envolvem caixa (a)	33.205	33.709
Saldo no fim do período	397.285	278.679

a) Contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 33.

17. OUTROS PASSIVOS

17.1 Composição dos saldos

O saldo de outros passivos é constituído por adiantamento de clientes, receitas diferidas e outras obrigações contratuais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de clientes	-	-	14.990	13.241
Receitas diferidas	-	-	6.828	3.958
Outras obrigações contratuais	1.751	4.875	2.476	14.513
Total outros passivos	1.751	4.875	24.294	31.712
Passivo circulante	1.089	2.676	18.982	26.844
Passivo não circulante	661	2.199	5.312	4.868
Total	1.750	4.875	24.294	31.712

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

18.1 Movimentação das contingências

Controladora				
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributários (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	-	7	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	7	-	7
Consolidado				
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributários (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.731	6.797	8.726	18.254
Adições	1.385	15.834	7.973	25.192
Pagamentos	(462)	(4.092)	(1.173)	(5.727)
Reversões	(699)	(11.986)	(10.460)	(23.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.955	6.553	5.066	14.574
Adições	7.364	19.646	3.556	30.566
Pagamentos	(1.569)	(8.499)	(3.105)	(13.173)
Reversões	(3.959)	(8.928)	(763)	(13.650)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.791	8.772	4.754	18.317

a. Processos cíveis

Correspondem a ações renovatórias de aluguel de lojas, em que o Grupo é obrigado a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado, com a constituição de provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em ação judicial; e ações envolvendo direitos das relações de consumo, onde a provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação.

b. Reclamações trabalhistas

Correspondem a ações trabalhistas movidas por ex-funcionários, relacionadas, em grande parte, a pedidos de pagamentos de horas extras e seus reflexos, equiparação salarial, férias e abono pecuniário, descanso semanal remunerado, verbas rescisórias, 13º salário, danos morais, gratificações, vínculo empregatício e nulidade do banco de horas. A provisão é constituída considerando os processos com risco de perda provável e complementada com base no histórico de perda sobre a massa de processos classificados com risco de perda possível.

c. Processos tributários

Em agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal - STF legitimou, através do processo RE nº 1.072.485/PR, a incidência de INSS sobre o valor de 1/3 de férias, em decisão contrária a decisão de 26 de fevereiro de 2014 onde o Superior Tribunal de Justiça - STJ havia se manifestado em favor do contribuinte sob o argumento de que “a importância paga a título de terço constitucional de férias possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária”.

As controladas possuem liminar vigente que afasta o recolhimento da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. Diante do exposto na decisão do STF citada anteriormente, a Administração avaliou o tema, com suporte de seus assessores jurídicos e concluiu que o risco é provável e constitui provisão desde agosto de 2020.

18.2 Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	827	27.386	28.213
Adições	8.483	114	2.152	10.749
Atualização monetária	-	324	2.492	2.816
Resgates	(1.185)	(358)	(16.336)	(17.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.298	907	15.694	23.899
Adições	305	28	3	336
Atualização monetária	979	155	110	1.244
Resgates	(240)	(457)	(3)	(700)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.342	633	15.804	24.779

18.3 Processos com risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre os processos judiciais em andamento, para os quais, na avaliação dos seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	48.419	29.106
Cíveis	12.975	13.452
Riscos tributários	142.512	129.214
Total	203.906	171.772

Entre os processos trabalhistas cujo risco é considerado possível, os valores são calculados considerando o valor solicitado pelo reclamante, contemplando direitos trabalhistas. Os respectivos valores solicitados costumam ser superestimados no pedido inicial.

Os processos cíveis, de risco possível, estão relacionados às ações renovatórias dos pontos de vendas.

Os riscos tributários estão representados, em grande parte, por processos judiciais e autos de infração relacionados ao ICMS, nos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Pernambuco, e autos de infração federais relacionados a IRPJ, CSLL, Pis e Cofins.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O limite do capital social autorizado da Companhia é de 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões) de ações ordinárias.

Em 07 de novembro de 2024 em reunião do Conselho de Administração foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$600.000, sem a emissão de ações, mediante a capitalização de parcela da reserva estatutária de lucros da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado totaliza o montante de R\$1.705.381 (R\$1.105.381 em 31 de dezembro de 2023).

A reserva de capital é composta pelos custos de emissões de ações.

19.2 Composição acionária

	Ações ordinárias	% Participação
Acionistas controladores e administradores	111.848.154	47,35%
Administradores	65.375	0,03%
Ações em tesouraria	1.134.590	0,48%
Ações em circulação	123.149.650	52,14%
Total	236.197.769	100%

19.3 Ações em tesouraria

O Plano de Recompra de Ações da Companhia, vigente até 18 de março de 2025, foi aprovado em 18 de março de 2024, em Reunião do Conselho de Administração, com o objetivo de aumentar a geração de valor para seus acionistas. O plano permite a aplicação de recursos disponíveis para a aquisição de ações no mercado de valores mobiliários, a preços de mercado, visando sua manutenção em tesouraria, cancelamento, posterior alienação ou destinação a participantes de planos de incentivos baseados em ações da Companhia, sem redução do capital social. A operação respeita o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., na ICVM nº 567/15 e demais normas aplicáveis. A Companhia poderá adquirir até 5% das ações em circulação.

	Consolidado		
	Quantidade de ações	Valores de compra (em R\$)	Preço médio por ação (em R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	607.612	14.693.941	24,18
Ações cedidas Planos ILP	(68.957)	(1.630.325)	23,64
Recompra de ações para tesouraria	458.300	11.112.432	24,25
Saldos em 31 de dezembro de 2023	996.955	24.176.048	24,25
Ações cedidas Planos ILP	(179.365)	(4.298.805)	23,97
Recompra de ações para tesouraria	317.000	6.972.954	22,00
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.134.590	26.850.197	23,67

19.4 Política de distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos obedecerá às destinações de seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades Anônimas, os quais contêm as seguintes destinações:

- 5% para reserva legal.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal e a formação de reserva para contingências).

Conforme artigo 33, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia, o percentual remanescente do lucro líquido será destinado para a formação da “Reserva Estatutária de Lucros”, que tem por objetivo reforçar o capital de giro da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades.

A Companhia pagou aos acionistas em 27 de maio de 2024 o montante líquido de R\$87.693 referente a distribuição de dividendos sobre os resultados auferidos em 2023.

Em 31 de dezembro de 2024 a Reserva Legal totaliza o montante de R\$90.380 (R\$61.407 em 31 de dezembro de 2023).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado é de R\$155.181 (R\$0,660167 por ação) e será pago aos acionistas em até 30 dias após aprovação na Assembleia Geral Ordinária agendada para 22 de abril de 2025.

Os saldos de dividendos a pagar no montante de R\$155.186 (R\$87.699 em 31 de dezembro de 2023) contemplam dividendos de exercícios anteriores disponibilizados e ainda não resgatados. Conforme previsto no estatuto social da Companhia os dividendos não resgatados prescrevem após 3 anos da data da disponibilização do crédito e são destinados para a Reserva Estatutária.

	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do período	653.394
Base de cálculo para reserva legal	653.394
Reserva legal (5%)	(32.670)
Base de cálculo para dividendos	620.724
Dividendos obrigatórios	155.181
Destinação para Reserva estatutária	465.543

20. PARTES RELACIONADAS

20.1 Composição de saldos

Passivo	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Circulante</u>		
Tellerina Comércio de Presentes	1.646	1.208
Total	1.646	1.208

Os saldos a pagar para a Controlada Tellerina se referem principalmente ao repasse de despesas corporativas do Centro de Serviços Compartilhados, que incluem despesas de pessoal e serviços das áreas administrativas.

20.2 Operações intragrupo e saldo eliminados na consolidação

As empresas do Grupo realizam operações entre si relacionadas a compra e venda de mercadorias e matérias-primas, cobrança de despesas administrativas através de Centro de Serviços Compartilhado e royalties relacionados aos direitos autorais do design de joias. Todas as operações intercompanhias foram eliminadas para fins de consolidação e divulgação.

	31/12/2024			31/12/2023		
	TELLERINA	CONIPA	VIVARA	TELLERINA PANAMÁ	TELLERINA	CONIPA
<u>Operação</u>						
Vendas (compras) de mercadorias	(2.461.329)	2.461.329		-	-	(1.426.651)
Exportação (importação) de mercadorias	9.066		-	-	(9.066)	-
Vendas (compras) de matéria-prima	70.063	(70.063)		-	-	49.306
					(49.306)	

	31/12/2024			31/12/2023		
	TELLERINA	CONIPA	VIVARA	TELLERINA PANAMÁ	TELLERINA	CONIPA
Exportação (importação) de imobilizado, materiais e insumos	553	-	-	(553)	-	-
Direitos autorais	360.948	(360.948)	-	-	241.109	(241.109)
Despesas administrativas com Centro de Serviços Compartilhado	18.601	(12.158)	(6.443)	-	4.657	(4.657)
Total	(2.002.098)	2.018.160	(6.443)	(9.619)	(1.131.579)	1.131.579

O Grupo Vivara possui um contrato de repasse de despesas de áreas administrativas através do Centro de Serviços Compartilhados (CSC). Em junho de 2024 a Companhia revisou e ajustou os critérios de rateio entre as empresas do Grupo e incluiu a controladora Vivara Participações nos repasses. As despesas administrativas do CSC contemplam gastos com pessoal e serviços de terceiros.

20.3 Remuneração dos administradores

Em 29 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício de 2024 em até R\$24.328 (R\$27.040 para exercício de 2023).

	31/12/2024			31/12/2023		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	1.806	670	2.476	1.996	1.162	3.158
Diretores estatutários	4.082	7.293	11.375	7.579	13.199	20.778
Total	5.888	7.963	13.851	9.575	14.361	23.936

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

21.1 Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

21.2 Incentivos fiscais - lucro da exploração

A fábrica de joias está situada em Manaus, na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e mediante a resolução nº 1.175/20224 emitida pela Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Dicol/Sudam), de 27 de dezembro de 2024, a Conipa estendeu até 31 de dezembro de 2033 o incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicar valores da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituir reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibir distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentar anualmente declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

21.3 Incentivos fiscais - créditos presumidos de ICMS

As controladas Tellerina e Conipa possuem benefício fiscal de crédito presumido e crédito estímulo do ICMS, que prevê a redução da alíquota do ICMS na tributação das saídas sem o direito de crédito nas entradas, nos Estados do Amazonas, Minas Gerais, Pará e Pernambuco. O benefício é para reinvestimento nos referidos Estados e é registrado como Receita de Subvenção. Os valores relativos aos incentivos foram destinados, até 31 de dezembro de 2023, à reserva no Patrimônio Líquido e não podem ser distribuídos como lucro para a Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2024, conforme disposto na Lei nº 14.789/2023, os benefícios fiscais concedidos pelas unidades federativas deixam de ter a obrigatoriedade de destinação das receitas de subvenção estadual para reserva em Patrimônio Líquido.

21.4 Créditos IRPJ e CSLL a recuperar

a) Saldo credor

Vivara Participações

A Companhia apresentou saldo credor na apuração do IRPJ e CSLL referente aos exercícios de 2021 a 2024. Em 31 de dezembro de 2024, efetuou compensações dos créditos com tributos federais e recebeu a restituição dos saldos credores de 2022 e 2023, restando o montante de R\$1.600 (R\$1.935 em 31 de dezembro de 2023) de saldo a compensar.

Conipa

A Conipa, em decorrência do benefício fiscal do Lucro de Exploração, apresentou saldo credor de IRPJ em relação às estimativas pagas e o saldo devedor na apuração dos exercícios de 2021, 2023 e 2024. Em setembro de 2024, a Conipa revisou a apuração do Lucro de Exploração dos exercícios de 2020 a

2023, identificando créditos extemporâneos relacionados ao cálculo do adicional de 10% sobre a base do Lucro de Exploração, totalizando R\$ 8.254 (sendo R\$ 6.490 referentes ao valor principal e R\$ 1.764 relativos à correção pela taxa Selic). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou compensações desses créditos com tributos federais, restando o montante de R\$28.527 (R\$12.269 em 31 de dezembro de 2023) de saldo a compensar.

Tellerina

A Tellerina apresentou saldo credor na apuração do IRPJ no exercício de 2021, 2023 e 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou compensações desses créditos com tributos federais, restando o montante de R\$13.401 (R\$8.102 em 31 de dezembro de 2023) de saldo a compensar.

b) Créditos de Subvenção

Nos exercícios de 2014 e de 2015 a Tellerina apurou créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$36.848, originados através da exclusão da sua base de cálculo dos incentivos de subvenção para investimento, conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014. Tais créditos foram compensados com outros tributos federais e as compensações foram indeferidas pela Receita Federal. A Companhia ingressou com processos administrativos de manifestação de inconformidade e até a data da divulgação dessas informações trimestrais intermediárias estão em andamento.

Conforme avaliação dos assessores Jurídicos da Companhia, caso as restituições pleiteadas no âmbito administrativo não sejam acolhidas pela Receita Federal e tão logo encerre a discussão no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), será ajuizada ação anulatória de despacho denegatório de restituição prevista no artigo 169 do CTN (Código Tributário Nacional), visando forçar a análise do mérito, a existência, a composição e a validade do saldo negativo de IRPJ e CSLL. O prognóstico de sucesso dos pedidos de restituição é classificado com risco de ganho é superior ao risco de perda de forma que o reconhecimento contábil atende aos critérios definidos na interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23.

c) Direito ao crédito sobre a constitucionalidade da tributação sobre correção Selic

Os créditos de IRPJ e CSLL foram reconhecidos conforme os termos da interpretação técnica ICPC22/IFRIC 23 e com base na decisão proferida pela Suprema Corte no julgamento realizado em 27 de setembro de 2021 do recurso extraordinário 1.063.187, referente a constitucionalidade do oferecimento à tributação do IRPJ e CSLL da correção monetária Selic sobre os créditos recebidos pelos contribuintes na repetição de indébitos tributários.

A Tellerina impetrou o Mandado de Segurança nº 1020648-21.2020.4.01.3200 perante a 1ª Vara Federal de Manaus, obtendo êxito com trânsito em julgado em 07 de março de 2024 e declaração de inexecução em 13 de maio de 2024. A Companhia protocolou o pedido de homologação dos créditos em 03 de junho de 2024 e obteve o deferimento em 02 de setembro de 2024 perante a Receita Federal do Brasil. Os créditos foram compensados a partir de outubro de 2024, restando o montante de R\$12.335 (R\$19.939 em 31 de dezembro de 2023) de saldo a compensar.

d) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.600	1.935	80.531	61.008
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	17.323	22.801
Total	1.600	1.935	97.854	83.809
Ativo circulante	1.600	1.935	33.149	22.306
Ativo não circulante	-	-	64.705	61.503
Total	1.600	1.935	97.854	83.809

e) Expectativa de realização dos créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	1.935	-	22.306
2025	1.600	-	33.149	-
2026	-	-	23.504	61.503
2027	-	-	41.201	-
Total	1.600	1.935	97.854	83.809

21.5 IRPJ e CSLL a recolher

A Conipa efetuou recolhimentos por antecipação no montante de R\$72.614 de IRPJ e CSLL pela estimativa mensal com base nas receitas auferidas. Em função do benefício do Lucro da Exploração o saldo do ajuste anual é credor para o IRPJ e devedor para CSLL. O saldo remanescente do ajuste a pagar de CSLL da Conipa tem vencimento em 31 de março de 2025.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
CSLL	43.254	13.888
Total	43.254	13.888

21.6 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	653.394	381.120	626.238	400.842
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(222.154)	(129.581)	(212.921)	(136.286)
Prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, para os quais não foram registrados impostos diferidos	(3.984)	(6.011)	(4.538)	(6.011)
<u>Diferenças permanentes:</u>				
Resultado de equivalência patrimonial	226.138	135.592	-	-
Outras despesas não dedutíveis	-	-	(1.421)	(2.085)
Recuperação IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-	310	1.906
Crédito extemporâneo lucro da exploração	-	-	6.490	-
Incentivo fiscal - Lei do Bem e PAT	-	-	6.410	-
Incentivo fiscal - ICMS	-	-	92.484	69.736
Incentivo fiscal - Lucro da exploração	-	-	140.342	53.018
Total	-	-	27.156	(19.722)
Correntes			(108.150)	(54.597)
Diferidos	-	-	135.306	34.875
Total	-	-	27.156	(19.722)
Alíquota efetiva			-4,34%	4,92%

21.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
	<u>Base IRPJ</u>	<u>Base CSLL</u>	<u>Base IRPJ</u>	<u>Base CSLL</u>
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	241	241	474	474
Provisão para perdas dos estoques	5.401	5.401	4.457	4.457
Provisão despesas	84.955	84.955	86.848	86.848
Lucro não realizado em operações de controladas	1.029.612	1.029.612	629.526	629.526
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18.310	18.310	14.574	14.574
Arrendamentos Direito de Uso	541.707	541.707	489.082	489.082
Prejuízo fiscal ou Base negativa de CSLL	71.116	70.372	71.665	70.922
Base de cálculo imposto diferido ativo	1.751.342	1.750.598	1.296.626	1.295.883
Imposto de renda diferido ativo		437.835		324.156
Contribuição social diferida ativa		157.553		116.629
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	595.388		440.785	
Impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias:				
Direito de Uso	(474.654)	(474.664)	(431.835)	(431.835)
Depreciação taxa fiscal x taxa econômica	(13.926)	(13.926)	-	-
Base de cálculo imposto diferido passivo	(488.590)	(488.590)	(431.835)	(431.835)
Imposto de renda diferido passivo		(122.148)		(107.959)
Contribuição social diferida passiva		(43.973)		(38.865)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(166.121)		(146.824)	
Imposto de renda diferido		315.687		216.197
Contribuição social diferida		113.580		77.764
Imposto de renda e contribuição social diferidos	429.267		293.961	

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS

22.1 Política contábil

A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto. A receita de vendas é apresentada líquida das trocas e de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas.

As receitas da companhia provêm da comercialização de joias, relógios e acessórios, tanto por meio do e-commerce quanto das lojas Vivara e Life, além do conserto de joias em geral.

22.2 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas de mercadorias (b)	3.277.471	2.791.995
Receita bruta de serviços prestados	9.858	9.386
Deduções da receita bruta:		
ICMS (a)	(372.163)	(349.621)
COFINS	(224.772)	(184.282)
PIS	(48.806)	(39.965)
F.T.I. e UEA	(48.052)	(26.704)
ISS	(340)	(469)
Devoluçãoes de vendas (b)	(16.083)	(13.365)
Total	2.577.113	2.186.975

(a) Os valores de ICMS estão líquidos do incentivo fiscal da mesma natureza no montante de R\$272.011 (R\$205.105 em 31 de dezembro de 2023).

(b) A receita bruta de vendas e as devoluções estão sendo apresentadas líquidas dos valores de trocas realizados pelos clientes no montante de R\$636.337 (R\$545.552 em 31 de dezembro de 2023).

23. DESPESAS POR NATUREZA

O Grupo Vivara apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

23.1 Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(700.422)	(594.970)
Pessoal	(52.123)	(61.331)
Depreciação e amortização	(5.340)	(6.940)
Energia, água e telefone	(706)	(1.520)
Fretes	(8.496)	(6.103)
Total	(767.087)	(670.864)

23.2 Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(476.641)	(377.815)
Fretes	(40.549)	(37.238)
Despesas de marketing/vendas	(97.153)	(110.618)
Serviços profissionais contratados	(26.627)	(28.628)
Aluguéis e condomínios	(95.977)	(71.406)
Depreciação e amortização	(85.936)	(79.374)
Comissão sobre cartões	(64.863)	(55.418)
Energia, água e telefone	(8.659)	(7.749)
Impostos e taxas	(18.111)	(23.704)
Outras despesas por natureza	(31.581)	(25.895)
Total	(946.097)	(817.845)

23.3 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(10.134)	(10.951)	(84.947)	(109.447)
Serviços profissionais contratados	(1.022)	(5.911)	(74.070)	(72.336)
Aluguéis e condomínios	-	-	137	(1.030)
Energia, água e telefone	-	-	(1.773)	(1.970)
Depreciação e amortização	-	-	(58.366)	(47.771)
Impostos e taxas	(529)	(802)	(9.467)	(13.999)
Outras despesas por natureza	(242)	(309)	(29.486)	(20.021)
Total	(11.927)	(17.973)	(257.972)	(266.574)

24. INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGMENTOS

O Grupo possui apenas um segmento operacional definido como varejo. O Grupo está organizado e tem o seu desempenho avaliado como uma única unidade de negócio para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações.

Os produtos do Grupo são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio. São distribuídos por categoria e canais de venda diferentes, no entanto, o CEO, avalia o desempenho total do Grupo, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta, líquida das devoluções, consolidada por categoria e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Jóias	1.582.845	1.364.393
Life	1.176.407	1.010.800
Relógios	443.554	337.501
Acessórios	58.582	65.936
Serviços	9.858	9.386
Total	3.271.246	2.788.016
Lojas	2.788.198	2.332.724
Vendas digitais	469.827	438.630
Outros	3.363	7.276
Serviços	9.858	9.386
Total	3.271.246	2.788.016

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos Tributários (a)	-	-	87.298	13.631
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(7)	-	(16.916)	(2.047)
Perdas esperadas de crédito	-	-	233	640
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	(1.036)	(703)
Contratos de arrendamento baixados	-	-	1.292	810
Outras receitas (despesas)	(6)	(10)	6.757	6.622
Total	(13)	(10)	77.628	18.953

(a) Créditos extemporâneos de Pis e Cofins conforme detalhamento divulgado na nota explicativa nº 9.3.

26. RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	189	71	30.294	22.438
Correção monetária (a)	87	260	23.544	13.348
Variação cambial ativa	6	-	2.666	4.759
Outras receitas financeiras	-	-	431	216
Total	282	331	56.935	40.761

(a) Refere-se à atualização monetária dos créditos tributários (conforme nota explicativa nº 9.3 e depósitos judiciais).

27. DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(24.966)	(27.066)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(19.421)	(9.675)
Encargos financeiros instrumentos derivativos	-	-	11.182	3.032
Encargos sobre arrendamentos de direito de uso	-	-	(60.051)	(53.123)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(30)	(1)	(65)	(175)
Tarifas bancárias	(2)	(3)	(846)	(799)
Juros e multas sobre impostos e obrigações acessórias	(6)	(2)	(1.971)	(299)
Variação cambial passiva	(11)	(3)	(14.848)	156
Outras despesas financeiras	(12)	(19)	(3.296)	(2.615)
Total	(61)	(28)	(114.282)	(90.564)

28. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	653.394	381.120
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(1.111)	(845)
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	235.087	235.353
Lucro por ação - básico (em R\$) (a/b)	2,77937	1,61935
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	236.198	236.198
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(1.111)	(845)
Média ponderada de número de ações outorgadas	85	75
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	235.172	235.428
Lucro por ação - diluído (em R\$) (a/c)	2,77837	1,61883

O efeito diluidor no lucro por ação é representado pelos planos de outorgas de ações, demonstrados na nota explicativa nº 31

29. ARRENDAMENTOS DIREITO DE USO

Direito de uso locação de imóveis é representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. É reconhecido no ativo como um item do Imobilizado e no passivo como obrigação do Arrendamento de direito de uso.

Os ativos reconhecidos são amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período.

Aos passivos de arrendamento são apropriados os juros calculados na determinação do valor presente, com taxas de descontos demonstrados abaixo, pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Anualmente, conforme índices e prazos definidos em contrato para fins de reajuste do arrendamento, o direito de uso é remensurado.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía 460 (395 em 31 de dezembro de 2023) contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 64 (54 em 31 de dezembro de 2023) contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso e foram classificados como despesas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do período estão registrados na rubrica “Aluguéis e condomínios” demonstrada na nota explicativa nº 20, totalizam R\$27.028 (R\$18.372 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa referencial BM&FBovespa da Dixpré, 252 dias úteis, obtida na B3, para a data base da adoção inicial (taxa de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro), para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto aos principais bancos com os quais a Companhia mantém operações de dívida.

Em 31 de dezembro de 2024, os 396 contratos de locação (341 em 31 de dezembro de 2023), classificados como arrendamento de direito de uso, possuem prazos de vencimentos entre 5 e 10 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 12,19% ao ano (11,77% ao ano em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado considerando a taxa nominal e sem considerar os efeitos de inflação futura projetada, nos fluxos descontados.

Para atendimento ao Ofício da CVM nº 02/2019 divulga-se os inputs mínimos para fins de projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa descontado recomendados pela CVM, usando como parâmetro a inflação média entre a taxa CDI x IPCA obtida no site da B3, data-base 31 de dezembro de 2024.

A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto e de inflação futura praticadas, vis-à-vis os prazos de contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	Qtd. contratos	Taxa de desconto	Taxa média de inflação futura
3 anos	1	13,39%	8,40%
5 anos	1	8,00%	2,27%
6 anos	27	11,05%	7,80%
7 anos	16	11,36%	8,48%
8 anos	21	11,55%	8,32%
9 anos	14	11,72%	7,24%

Prazo dos contratos	Qtd. contratos	Taxa de desconto	Taxa média de inflação futura
10 anos	230	11,88%	7,08%
10 anos	86	13,77%	7,08%
Total	396		

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no período são:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	502.684	474.643
Adição de novos contratos (a)	61.608	80.792
Remensuração (a)	66.224	12.026
Baixas do exercício	(7.569)	(6.492)
Encargos financeiros apropriados	60.051	53.123
Pagamentos de juros	(58.434)	(52.803)
Pagamentos de principal	(64.716)	(58.605)
Ajuste de conversão	352	-
Saldo no final do exercício	560.200	502.684
Passivo circulante	88.069	70.059
Passivo não circulante	472.131	432.625
Total	560.200	502.684

a) Contém valores de operações sem efeito caixa, vide detalhes na nota explicativa nº 33

Conforme requeridos pelo pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024:

Maturidade dos contratos	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento das prestações:		
2024	-	116.927
2025	125.438	112.551
2026	115.327	100.056
2027	109.805	93.715
2028 em diante	506.614	307.555
Total das parcelas não descontadas	857.184	730.804
Juros embutidos	(296.984)	(228.120)
Saldo passivo de arrendamentos de direito de uso	560.200	502.684

Em 31 de dezembro de 2024, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto é de R\$79.290 e trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$51.819.

A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Custo:		
Saldo no início do período	712.483	622.960
Adição de novos contratos	61.608	80.792
Remensuração	66.224	12.026
Baixas do exercício	(13.491)	(10.762)
Ajuste de conversão	377	-
Custos diretos - pontos comerciais	4.996	7.468
	832.197	
Saldo no final do período		712.483
Amortização:		
Saldo no início do período	(250.199)	(173.829)
Despesa de amortização do período	(87.868)	(81.449)
Baixas do exercício	7.215	5.079
Ajuste de conversão	(20)	-
	Saldo no final do período	(330.872)
		(250.199)
Direitos de uso locação de imóveis – valor residual	501.325	462.285

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

30.2 Instrumentos derivativos

A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como “swaps” para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de “hedge”.

Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros “mensurados ao valor justo” e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro.

30.3 Categorias de instrumentos financeiros

Hierarquia	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	3.482	58	278.153
Contas a receber	Nível 2	-	-	955.209
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	-	-	4.530
Subtotal		3.482	58	1.237.892
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos derivativos	Nível 2	-	-	1.276
Total ativos financeiros		3.482	58	1.239.168
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores	Nível 2	-	-	93.654
Fornecedores - Convênio	Nível 2	-	-	214.135
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	Nível 2	2	2	2
Dividendos a pagar	Nível 2	155.186	87.699	155.186
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	1.646	1.208	-
Arrendamentos direito de uso a pagar	Nível 2	-	-	560.200
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	398.561
Subtotal		156.834	88.909	1.421.738
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos derivativos	Nível 2	-	-	7.216
Total passivos financeiros		156.834	88.909	1.421.738
				972.212

30.4 Riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (câmbio e juros), de crédito e de liquidez. A gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

30.5 Gestão do risco de taxa de câmbio

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”.

A exposição cambial líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

Tipo de operação	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor da dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida	Valor da dívida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Resolução 4131	245.071	(245.071)	-	96.363	(96.363)	-
Total de empréstimos e financiamentos	245.071	(245.071)	-	96.363	(96.363)	-
Fornecedores estrangeiros (a)	35.528	-	35.528	23.530	-	23.530
Total Fornecedores estrangeiros	35.528	-	35.528	23.530	-	23.530
Total exposição cambial	280.599	(245.071)	35.528	119.893	(96.363)	23.530
Cotação dólar balanço	6,1923	6,1923	6,1923	4,8413	4,8413	4,8413
Total da exposição em dólares	45.314	(39.577)	5.737	24.765	(19.904)	4.860

(a) As controladas da Companhia importam de fornecedores estrangeiros mercadorias, matérias-primas e insumos para fabricação e comercialização. Essas compras são substancialmente denominadas em dólares norte-americanos e estão expostas a variação do câmbio.

30.6 Instrumentos derivativos

A Companhia contratou operações de “swap” com o objetivo de minimizar o risco de exposição cambial gerado pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Essas operações consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI.

A Companhia possui um contrato de empréstimo para o qual não foi contratado instrumento derivativo “swap” em virtude das taxas de juros pactuadas nessa operação.

As operações de “swap” em aberto em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa - Swap Ativo	Taxa - Swap Passivo	31/12/2024			31/12/2023		
			Valor de referência (nacional)	Valor justo	Efeito acumulado MTM	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Efeito acumulado MTM
Derivativo Swap	US\$ +5,77% a.a.	CDI +0,55% a.a.	245.071	243.795	1.276	-	-	-
Derivativo Swap	US\$ +2,35% a.a.	CDI+1,2% a.a.	-	-	-	44.922	50.849	(5.927)
Derivativo Swap	US\$ +5,97% a.a.	CDI+1,0% a.a.	-	-	-	51.441	52.730	(1.289)
Total geral			245.071	243.795	1.276	96.363	103.579	(7.216)

O saldo ativo de R\$1.276 refere-se ao ajuste líquido a receber (R\$7.216 a pagar em 31 de dezembro de

2023), calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2024, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica “Instrumentos derivativos”.

30.7 Análise de sensibilidade

Risco de câmbio

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a Administração entende que há necessidade de considerar somente o passivo com fornecedores estrangeiros que não está protegido do risco cambial, já que não possui instrumentos derivativos equivalentes registrados no balanço patrimonial. A exposição cambial dessas operações está demonstrada no quadro a seguir:

Risco de Câmbio	31/12/2024	31/12/2023
Total da exposição cambial em moeda nacional	35.528	23.530
Total da exposição cambial em moeda estrangeira	5.737	4.860

Assim, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$35.528, resultado das considerações explicitadas anteriormente. A taxa de câmbio do dólar norte-americano, no fechamento das demonstrações financeiras, foi de R\$6,1923.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários.

No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$5,8692 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. No cenário II foi projetada de forma conservadora pela Administração, desvalorização de 3% do dólar norte americano. Para o cenário III foi projetada desvalorização do dólar norte-americano em 2,23% de acordo com a cotação futura apresentada no Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 24 de janeiro de 2025.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nocional da exposição líquida (em moeda estrangeira)	5.737	5.737	5.737
Valor nocional da exposição líquida (em moeda local)	35.528	35.528	35.528
Valor projetado (em moeda local)	33.672	32.661	34.422
Impacto da variação cambial	(1.856)	(2.867)	(1.106)
Taxa do dólar norte-americano	5,8692	5,6931	6,0000

Risco de taxa de juros

Considerando que em 31 de dezembro de 2024 a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. As aplicações financeiras e investimentos em letras financeiras da Companhia também estão expostas a variação do CDI de forma que a Companhia apresenta a exposição líquida ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos expostos ao CDI	397.285	278.679
Aplicações financeiras de caixas e equivalentes expostas ao CDI	(263.127)	(210.225)
Aplicações em letras financeiras expostas ao CDI	(4.530)	(82.995)

Total da exposição ao CDI	129.628	(14.540)
----------------------------------	----------------	-----------------

A Administração considera o risco de grandes variações no CDI em 2024 e na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as despesas financeiras, foram considerados dois cenários projetados, com redução de 5% no cenário II e aumento de 37,87% no cenário III da taxa do CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2025 em 15,00%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 24 de janeiro de 2025.

Risco do Grupo	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida ao CDI	81.446	81.446	81.446
Valor projetado	81.446	81.003	84.802
Impacto da variação do CDI	-	(443)	3.356
Taxa do CDI	10,88%	10,34%	15,00%

30.8 Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Parte relevante dos recebíveis do Grupo são provenientes de parcelamentos de cartões de crédito. As contrapartes são adquirentes de grande porte, para os quais o Grupo não teve inadimplência ou atraso no pagamento, e não tem expectativa de incorrer prejuízo no futuro, portanto, o Grupo não registra provisões para estes recebíveis.

30.9 Gestão de risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Saldos em 31/12/2024	Fluxo de caixa					Total
		Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	93.654	93.654	-	-	-	-	93.654
Fornecedores convênio	214.135	214.135	-	-	-	-	214.135
Empréstimos e financiamentos	398.561	131.083	299.985				431.068
Juros sobre Capital Próprio a pagar	2	2	-	-	-	-	2
Dividendos a pagar	155.186	155.186	-	-	-	-	155.186
Arrendamentos direito de uso a pagar	560.200	125.438	115.327	306.837	309.582		857.184

Operação	31/12/2023	Fluxo de caixa					Total
		Saldos em	Até	Até	De 2 a	Acima de	
Fornecedores	73.629	73.629	-	-	-	-	73.629
Fornecedores convênio	29.519	29.519	-	-	-	-	29.519
Empréstimos e financiamentos	271.463	130.736	174.254	-	-	-	304.990
Juros sobre Capital Próprio a pagar	2	2	-	-	-	-	2
Dividendos a pagar	87.699	87.699	-	-	-	-	87.699
Instrumentos derivativos	7.216	7.258	-	-	-	-	7.258
Arrendamentos direito de uso a pagar	502.684	116.927	112.551	276.012	225.314	-	730.804

30.10 Valor justos dos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais as controladas podem ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

Informações de Nível 3: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2024, todos os instrumentos financeiros derivativos estavam agrupados no Nível 2.

31. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

As Ações Outorgadas representam as operações de pagamentos com base em ações referente remuneração de empregados, executivos e Conselheiros da Companhia e suas controladas e são reconhecidas contabilmente de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 10(R1)/IFRS 2.

A Companhia mensura o custo das transações de remuneração com base em ações pelo valor da ação no fechamento do mercado na data da outorga. As ações outorgadas são reconhecidas como despesa no resultado da Companhia ao longo do tempo de carência, em contrapartida da rubrica de “Opções outorgadas” no Patrimônio Líquido.

As ações outorgadas aos participantes dos Planos possuem carência de até 36 meses. As condições para que as ações sejam disponibilizadas aos beneficiários incluem a permanência como colaborador da Companhia, atingimento de metas relacionadas aos indicadores de performance determinados para o período, entre eles ROIC (“Return On Invested Capital”) e TSR (“Total Shareholder Return”).

O efeito dilutivo das ações outorgadas em aberto é refletido como uma diluição adicional no cálculo do lucro diluído por ação conforme nota explicativa nº 28.

Planos de Remuneração

Os Planos de Incentivo têm por objetivo o alinhamento dos interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia e o desenvolvimento de objetivos sociais e sustentáveis para geração de valor para Companhia e poderão entregar aos participantes ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia, através de ações de emissão da Companhia em tesouraria.

a) [Plano de Outorga de Ações \(“Plano de Outorga”\);](#)

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Outorga estabelece a possibilidade de a Companhia entregar aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, mediante determinados termos e condições, ações de emissão da Companhia em tesouraria. Serão elegíveis para participar do Plano de Outorga conselheiros, diretores, gerentes ou empregados de alto nível da Companhia e suas controladas.

Em maio de 2023, foram outorgadas 84.763 ações, em seu limite global, referente a renovação do programa de outorga de Ações, exclusivo para Conselheiros. As ações serão disponibilizadas em até 30 dias após o término do mandato na Assembleia Geral Ordinária de 2025.

b) [Plano de Investimento em Ações \(“Plano ‘Matching Shares’”\);](#)

O Plano de “Matching Shares” prevê a outorga de Ações “Matching” aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, desde que, dentre outras condições, os participantes invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de determinada quantidade de ações de emissão da Companhia durante um período de carência de 36 meses. São elegíveis para participar do Plano de “Matching Shares” os diretores, gerentes ou empregados da Companhia.

Em maio de 2022 os participantes adquiriram ações com recursos próprios. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, a quantidade de ações de emissão da Companhia em tesouraria que serão outorgadas será de 325.458 considerando atingimentos futuros de 120% das metas equivalentes.

Em maio de 2023 os participantes adquiriram ações com recursos próprios. Desde que cumpridas as condições estipuladas no programa, após 36 meses, a quantidade de ações de emissão da Companhia em tesouraria que serão outorgadas será de 352.056 considerando atingimentos futuros de 120% das metas equivalentes.

A provisão contábil é registrada pelo período de vigência de cada plano e está reconhecida no resultado da Companhia na rubrica “Pessoal” conforme divulgado na nota explicativa nº 23.3

A movimentação dos planos está demonstrada a seguir:

	Consolidado							
	Qtde	Prazo	Cotação da ação (R\$)	Reais				
				31/12/2023	Adições	Cessões	Exclusões	31/12/2024
Ações								
Conselheiros								
2023/2025	84.763	24	27,31	772	1.006	-	(336)	1.442
Executivos 2021	135.956	36	26,40	1.684	521	(1.623)	(582)	-
Executivos 2022	325.458	36	26,45	4.843	1.111	(3.198)	(1.775)	981
Executivos 2023	352.056	36	26,29	1.641	1.476	(1.451)	(686)	980
Executivos 2024	250.713	36	21,75	-	1.051	(24)	(84)	943
	1.148.946			8.940	5.165	(6.296)	(3.463)	4.346

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores, em 31 de dezembro de 2024, é assim demonstrada:

Cobertura de seguros	Consolidado	
	Fim da vigência	Cobertura de seguros
Danos a propriedade	março-26	361.242
Lucros cessantes	março-26	430.000
Riscos diversos (estoques)	fevereiro-26	344.000
Responsabilidade Civil	abril-25	20.000
Responsabilidade dos administradores D&O	setembro-25	60.000
Transporte internacional	abril-25	1.600
Riscos cibernéticos	junho-25	25.000

33. TRANSAÇÕES SEM EFEITO CAIXA

As adições e remensurações dos Arrendamentos de Direito de Uso, em 31 de dezembro de 2024, totalizaram R\$ 127.382 (R\$ 92.817 em 31 de dezembro de 2023), referentes a novos contratos e aos reajustes anuais, não gerando impacto no caixa no momento de sua incorporação ao ativo e ao passivo.

Os juros incorridos, variações cambiais e encargos de derivativos, no valor de R\$ 33.205 (R\$ 33.709 em 31 de dezembro de 2023), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 16.3, não geram efeito caixa no momento de sua apropriação no resultado. Os respectivos impactos no caixa estão refletidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa, afetando as atividades operacionais e de financiamento.

O aumento de capital com reservas estatutárias no valor de R\$600.000, conforme descrito na nota explicativa nº 19.1, não representa entrada de caixa para Companhia.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de fevereiro de 2025 a Companhia renovou contrato de empréstimo de capital de giro com o Banco Itaú S/A no montante de R\$60.000, com vencimento em fevereiro de 2027.

Vivara Participações S/A

Diretoria Estatuária

Icaro Borrello - Diretor Presidente

Elias Leal Lima - Diretor Finanças e Relações com Investidores

Bruno Kruel Denardin – Diretor sem designação específica

Contador

Rodrigo Alberto Ferreira - CRC 1SP 254.508/O-1

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E FINANÇAS

Introdução:

Em conformidade com o art. 17, parágrafo 5º do Estatuto Social da Vivara Participações S.A. (“Vivara”), o Conselho de Administração, em 15 de agosto de 2019, aprovou a criação do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças (“Comitê de Auditoria”), na qualidade de órgão de assessoramento voltado ao melhor desempenho de suas funções.

O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo 3 (três) membros, dos quais ao menos 1 (um) deve ser membro independente, conforme critérios do Regulamento do Novo Mercado e ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nomeados anualmente na primeira reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária.

O Comitê de Auditoria da Vivara encontra-se atualmente composto por 3 (três) membros, eleitos em 05 de maio de 2023, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer depois da realização da assembleia geral ordinária que examinar as contas do exercício social de 2024:

- (i) João Cox Neto | Coordenador do Comitê de Auditoria;
- (ii) Maria Carolina Ferreira Lacerda | Membro do Comitê de Auditoria; e
- (iii) Fábio José Silva Coelho | Membro do Comitê de Auditoria.

Objetivo:

O presente relatório tem como objetivo divulgar, de forma resumida, as atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando-se as eventuais recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria, em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado e ao item 2.2.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Principais atividades realizadas:

No período compreendido entre 01 de janeiro de 2024 e 18 de março de 2025, o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente nas seguintes datas: 06 de março de 2024, 30 de abril de 2024, 05 de agosto de 2024, 30 de outubro de 2024 e 17 de março de 2025 para apreciação dos seguintes temas:

- Apreciação das informações financeiras trimestrais do exercício de 2024.
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro;
- Acompanhamento da atuação dos auditores independentes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- Apreciação do planejamento e resultados dos trabalhos de auditoria interna do exercício de 2024;
- Apreciação do planejamento e resultados das atividades de gestão e mapa de riscos da Companhia correspondentes ao exercício de 2024;
- Apreciação da estrutura societária, avaliação de oportunidades de revisão do Estatuto Social e do Regimento Interno do CARF; e
- Visibilidade do Programa de Compliance.

Auditoria Independente:

Os auditores independentes (KPMG Auditores Independentes Ltda.) apresentaram as principais conclusões sobre os trabalhos findos em 31 de dezembro de 2024.

Ressalta-se que o Comitê de Auditoria procedeu a avaliação formal da auditoria independente com a conclusão satisfatória, inclusive com a sua independência, não tendo sido identificada nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e independência da KPMG Auditores Independentes Ltda com relação à Vivara.

O Comitê de Auditoria registra, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Vivara, a KPMG Auditores Independentes Ltda e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Conclusões:

Ponderadas devidamente as responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, o Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de 2024, recomendando, assim, sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 18 de março de 2025.

João Cox Neto
Coordenador

Fábio José Silva Coelho
Membro

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Membro

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, 1.207, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período entre 01 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 18 de março de 2025.

Icaro Borrello - Diretor Presidente

Elias Leal Lima - Diretor Finanças e Relações com Investidores

Bruno Kruel Denardin – Diretor

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, 1.207, Chácara Santo Antônio, CEP 04719-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período entre 01 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 18 de março de 2025.

Icaro Borrello - Diretor Presidente

Elias Leal Lima - Diretor Finanças e Relações com Investidores

Bruno Kruel Denardin – Diretor